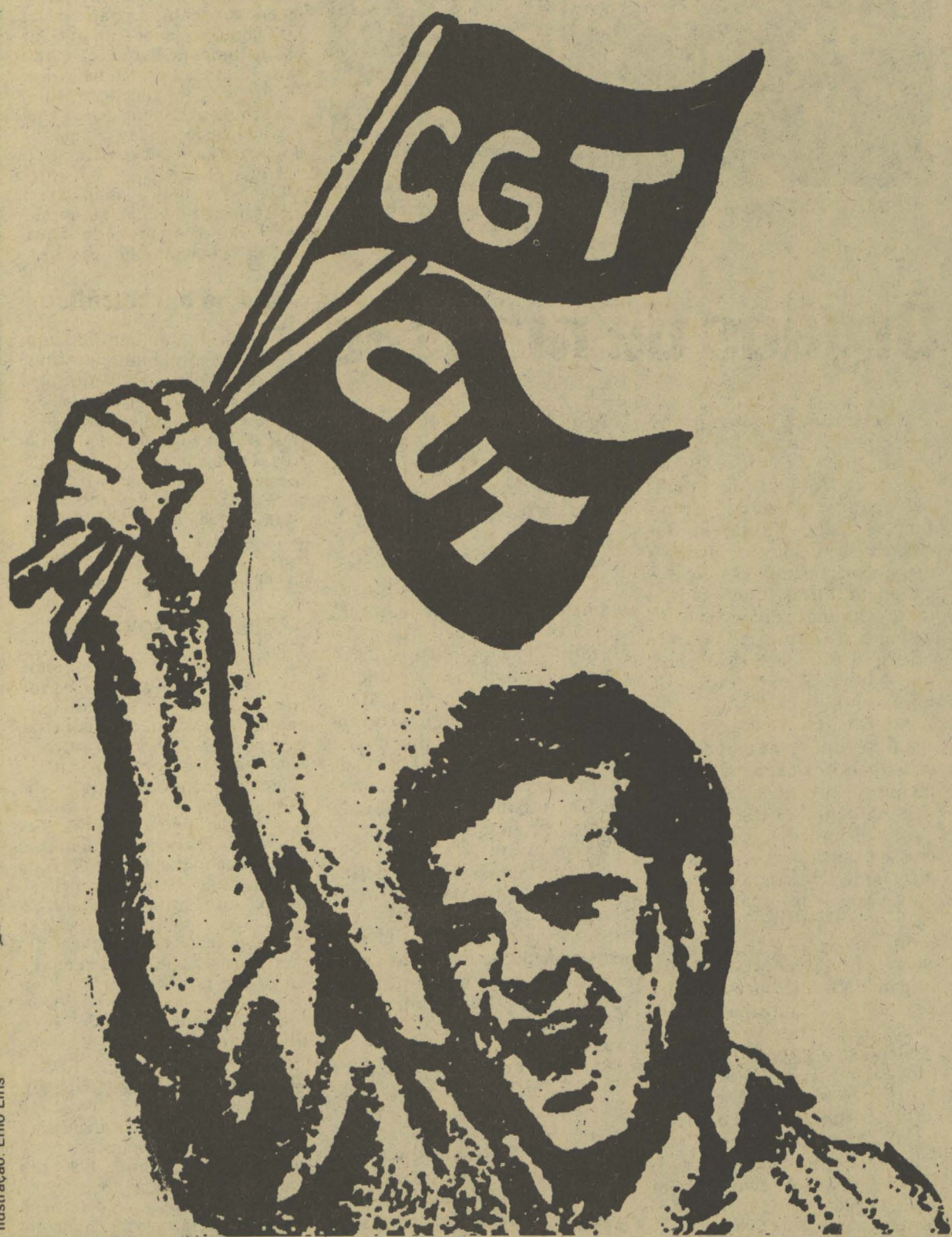




O caminho da unidade para a greve geral

Depois de superar as manobras dos setores sindicais de direita, CGT e CUT convocam a greve geral unitária para o dia 20 de agosto. A paralisação nacional visa exigir o pagamento do resíduo e a reposição salarial, condenar a política entreguista do governo Sarney e

pressionar por uma Constituição Democrática e Progressista. Em vários Estados, CGT e CUT também incluíram a bandeira das diretas em 88. Veja como foi alcançada a unidade e os preparativos da greve geral na página 8

EDITORIAL

O valor da unidade

Dia 12 ou dia 18? Atrás desta diferença aparentemente insignificante escondia-se uma questão de fundo: a favor ou contra a greve geral para condenar o Plano Bresser e o entreguismo do governo. Depois de muitas negociações, e do protesto veemente de um grande número de sindicalistas contra as manobras sujas do pelego Antônio Magri, o movimento sindical uniu-se para realizar a paralisação no dia 20.

O fato serve como exemplo dos prejuízos causados pelo fracionamento dos sindicatos em mais de uma central. Se todas as entidades se articulam em torno de uma única central em plano nacional as coisas são simples. Quem é contra e quem é a favor da greve? Aprova-se por maioria. Resolvido isto, qual a data mais apropriada? Novamente decide-se por votação. Os operários estão acostumados a isto nas assembléias que realizam nas fábricas. E para participar da reunião com todos os colegas da mesma empresa, não se pede que ninguém abandone suas concepções políticas, ideológicas, religiosas. A única exigência é que, no interesse comum da classe operária, a minoria, democraticamente, marche de acordo com o que foi deliberado, depois das discussões, pela maioria.

A unidade é a arma maior do proletariado. E não há nenhuma razão para que se mantenha a divisão no movimento sindical. Existem pelegos no sindicalismo? É evidente que sim. Existem também aventureiros que estão sempre propondo ações fora da realidade. Existem trabalhadores católicos, protestantes, petistas, peemedebistas e comunistas. Mas todos têm o interesse concreto de lutar contra o arrocho e contra a submissão do Brasil ao FMI. Se cada uma destas correntes de pensamento resolve organizar a sua central sindical, fica praticamente inviável chegar a uma conclusão, mesmo em questões aparentemente simples como a data da greve geral, por exemplo.

Mais dó que isto. Com todos juntos, no mesmo sindicato por categoria e numa única central nacional, é mais fácil isolar e desmascarar gente como o sr. Magri que, alimentado pelos dólares da AFL-CIO, faz o jogo do patronato.

Afinal de quem é a greve marcada para o dia 20? Alguns imaginam ser donos do movimento. Mas a luta interessa ao conjunto dos trabalhadores e só com a participação da maioria terá sucesso. Não se pode cair no erro de fazer seleção de quem nos agrada e quem não faz parte da nossa simpatia. A divisão existente é entre os patrões e o governo de um lado, e trabalhadores de outro.

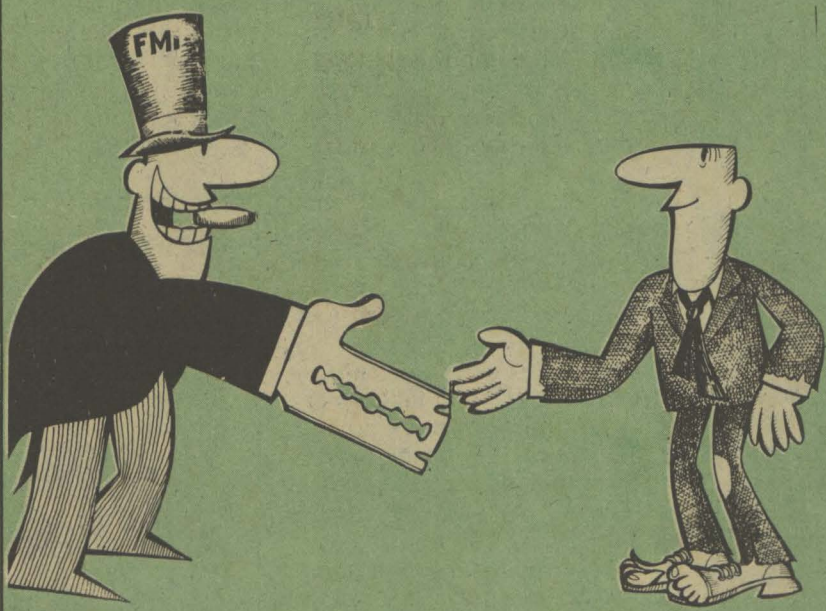
O presidente Sarney declara que a greve agora não é oportuna. Para quem? Para o próprio governo, é evidente que a greve não interessa. Para o FMI também não. Mas para os trabalhadores ela é objetivamente uma necessidade. Os que vivem do salário não podem continuar suportando as consequências da política governamental. E nem podem tolerar que as riquezas por eles produzidas sejam carregadas para os banqueiros internacionais, de acordo com as normas ditadas pelo FMI.

A insatisfação popular é muito grande, criando condições favoráveis para uma paralisação de grande porte. O êxito depende, nestas circunstâncias, de uma correta condução. Obtido o acordo nas questões maiores, é sempre possível encontrar formas para contornar as pequenas diferenças. O reconhecimento dos trabalhadores em relação às lideranças e organizações que conduzem o movimento estará relacionado com o empenho de cada um para somar o máximo de forças e com o esforço para consolidar a unidade. Uma greve geral vitoriosa desempenhará um papel decisivo nos rumos da Constituinte e na definição de eleições em 88, além de golpear profundamente a política de arrocho salarial.

DÍVIDA EXTERNA

Governo cede ainda mais e prepara a volta ao FMI

O ministro da Fazenda retornou de sua viagem aos Estados Unidos (onde ficou uma semana) pregando a necessidade de um acordo formal com o FMI, além da suspensão da moratória. Leia na página 4



Diretas 88: As medidas para a luta deslanchar

Saiba como foi a última reunião da Coordenação Nacional da campanha, no último dia 29. Veja o calendário definitivo dos comícios. Pág. 3.

As facções religiosas em luta no mundo árabe

Sunitas, xiitas, maronitas... Por trás das divergências religiosas escondem-se as mais variadas facções árabes e os interesses das potências imperialistas. Nisto tudo, como ficam os povos do Oriente Médio? P. 2

Golpe sujo nas contas de luz

A Eletropaulo aumenta irregularmente o valor das contas de luz na Grande S. Paulo. Pág. 6



ORIENTE MÉDIO

Voltado para Meca

Os acontecimentos do Oriente Médio, como a revolução iraniana, a guerra do Golfo Pérsico e a guerra civil libanesa, trouxeram para o noticiário palavras como Islã, xiitas e sunitas. Por trás das diferenças religiosas entre estas duas seitas muçulmanas, porém, é possível encontrar na verdade diferenças políticas, que ajudam a explicar o caldeirão do mundo árabe, espietamente manipulado pelo imperialismo.

A história da religião muçulmana e do mundo árabe é antiga. Os muçulmanos consideram seu ano zero o ano 632 da era cristã, quando morreu seu profeta Maomé. Dez anos antes, Maomé teria recebido a revelação por seu deus, Alá, do livro sagrado até hoje seguido pelos muçulmanos, o Corão. Os muçulmanos são os crentes, e o Islã significa em árabe resignação - a total submissão a Alá.

Maomé iniciou sua pregação em Meca, até hoje a cidade sagrada do islamismo, e para onde os muçulmanos devem ir pelo menos uma vez na vida. Expulso de Meca, Maomé dirigiu-se a Medina, onde fundou a primeira mesquita - templo religioso muçulmano - e lançou as bases e a primeira capital do mundo árabe.

Após a sua morte os árabes iniciaram uma grande expansão, a pretexto de difundir sua fé. Dominaram toda a península arábica, o Norte da África e chegaram a controlar por muitos anos a península ibérica, deixando sua marca permanente na cultura da Espanha e de Portugal. Os muçulmanos avançaram para o leste até a Pérsia - hoje Irã - e a Índia. Foram expulsos da Europa na metade do século XV, e no começo do século XVI todo o seu vasto império caiu sob domínio turco otomano.

NACIONALISMO ÁRABE

O nacionalismo árabe, sob forte inspiração muçulmana, ressurgiu no final do século passado, estimulado pela Inglaterra. Já nos preparativos do que seria a 1ª Guerra Mundial, o imperialismo britânico procurava deslocar de suas posições no Oriente Médio o império turco, já então em rápida aproximação com a Alemanha.

A Inglaterra enviou para a região um oficial de seu exército que viria a ser conhecido como Lawrence da Arábia. Foi ele quem armou e articulou os antigos califas e xeques árabes para iniciar a expulsão dos turcos, prometendo o estabelecimento de reinos árabes. A influência britânica e francesa na região começa neste processo, e culmina com a descoberta, na década de 30 do nosso século, do petróleo. Ao final da 2ª Guerra Mundial, com a França e a Inglaterra debilitadas, o imperialismo norte-americano abocanha as suas posições estratégicas e os polos de petróleo da região, fundando a Aramco - Arabian American Oil Company - passando a armar e financiar a Arábia Saudita e o Irã.

A grande maioria dos muçulmanos hoje pertence à facção sunita - nome que deriva da palavra árabe *sunna*, os fiéis ao Corão. A outra grande facção do islamismo são os xiitas - de *Shii-at-Ali*, os filhos de Ali, genro de Maomé. Em termos religiosos, as principais diferenças entre xiitas e sunitas são sobre o cerimonial e a aplicação dos princípios do Corão às leis. No Irã, por exemplo, ladrões são castigados com a amputação das suas mãos.

O IRÃ DESPERTA

Politicamente, a revolução de 1979 no Irã pode ser consi-

derada um marco. Inspirada pelos sacerdotes xiitas - majoritários entre os muçulmanos do país - ela representou a rebelião de uma massa marginalizada e miserável contra o regime autoritário e antipopular do xá Reza Pahlevi. Se bem que tenha contado com a força decisiva dos petroleiros e agrupado organizações de esquerda e nacionalistas, a revolução iraniana acabou se identificando com a direção do aiatolá Ruhollah Khomeini - o imã, líder espiritual dos xiitas.

O caráter antiimperialista - em certo sentido também anti-ocidental - e popular da revolução acabou contagiando massas muçulmanas de muitos países árabes, descontentes com seus governos aliados ao imperialismo e, mesmo que professando o islamismo, profundamente autoritários e reacionários. Nestes países, onde reis, emires e xeques acumulam riquezas e fortunas fabulosas com a exportação de petróleo enquanto a maioria do povo vive à margem dos progressos, o aiatolá Khomeini e os xiitas passaram a aparecer como a grande esperança de libertação. Não por acaso, o número de xiitas nestes países aumentou muito depois de 1979, assustando os chefes árabes, e que passaram a isolar politicamente o Irã - a guerra com o Iraque é o melhor exemplo deste movimento.

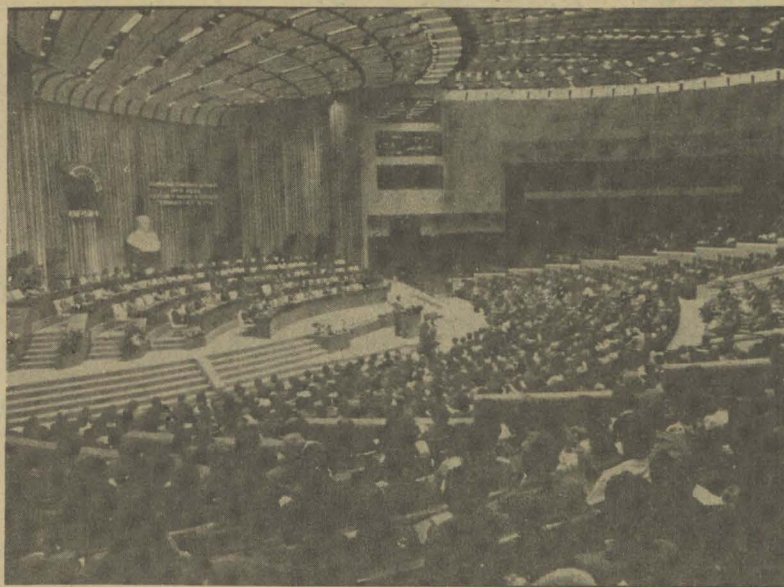
CULTO DO MARTÍRIO

O Líbano, dilacerado por mais de 10 anos de guerra civil, transformou-se em terreno ideal para que a explosão xiita acontecesse. Lá a maioria dos muçulmanos, ao final da 2ª Guerra Mundial, eram sunitas e se organizavam na milícia murabitun, inspirada pelo dirigente egípcio Gamal Abdel Nasser. Pouco a pouco, foram perdendo espaço para os xiitas da Amal, aliada à Síria.

A revolução iraniana cindiu a Amal, e a cada dia ganha mais força no Líbano o Partido de Deus, Hizb'Allah, pró-iraniano. Como seus inspiradores, os milicianos do Hizb'Allah levam às últimas consequências - ao contrário dos homens da Amal - o culto do martírio, um dos fundamentos do islamismo. Certos de que os mártires do Islã ganham o reino dos céus, eles se lançaram em ataques suicidas com carros-bomba contra tropas norte-americanas e francesas, em 1983. E, sempre que alguma potência atinge o Irã, como a França recentemente ao romper relações, lançam atentados contra seus interesses em qualquer parte do mundo.

Com sua ousadia e seu desprendimento, os xiitas despertam a admiração dos árabes e muçulmanos de vários países. O exemplo de sua República Islâmica, o Irã, deixa no mínimo sérias dúvidas. Apesar de suas posições antiimperialistas, trata-se de um regime autoritário e intolerante, que em nome da fé islâmica persegue duramente os progressistas e comunistas. E, se golpeou a monarquia do xá, não promoveu qualquer reforma profunda em favor das massas trabalhadoras do Irã.

(SQ)



Plenária do X Congresso das Uniãos Profissionais da Albânia

ALBÂNIA

Órgãos de massas

Uma grande preocupação nossa (e de muitas delegações estrangeiras) durante o X Congresso das Uniãos Profissionais da Albânia era de conhecer o funcionamento e as tarefas dos sindicatos albaneses. Sabemos que no socialismo os sindicatos assumem outras funções, diferentes das que exercem no capitalismo (onde a atividade principal é a da resistência à opressão e à exploração da burguesia).

Na Albânia a classe operária, os camponeses e os demais trabalhadores exercem diretamente o poder, através dos órgãos representativos. Segundo as informações do Congresso e em conversas com seus dirigentes, os sindicatos têm uma vasta rede organizada de base (em torno de 20 mil em todo o país). A menor organização de base na produção é a brigada. Os membros variam de dez a 50. Se ultrapassam 50, criam outra brigada.

Depois, o comitê por setor (por exemplo, o de laminação). Por fim, o comitê que engloba toda a empresa, que se relaciona com o conselho da região. Ao todo, são 26 conselhos regionais. As eleições para estes órgãos se realizam todos os anos.

No processo do trabalho e na vida do dia a dia, os sindicatos realizam sua atividade. Fazem regularmente muitas assembleias por setores nas empresas, para discutir os planos de produção da empresa, os meios para melhorar a qualidade dos produtos, medidas de segurança no trabalho... No caso de

organizações científicas, estudam como aplicar a ciência na produção etc. Se trata de um conjunto de aspectos com uma única meta: cumprir os planos quinquenais.

JOVENS E MULHERES

Os sindicatos (uniões profissionais, como eles chamam lá) participam do poder do Estado. Fazem parte do sistema de ditadura do proletariado. Dedicam grande atenção aos jovens que ingressam no trabalho. Especialmente na formação profissional, no estímulo ao cumprimento das tarefas, na atividade cultural e de lazer, preocupados com os anseios juvenis.

As mulheres exercem destacada atuação na produção industrial e agrícola. Não têm tarefas secundárias ou não especializadas, mas são trabalhadoras com boa formação profissional. Falei com várias técnicas, engenheiras e diretoras de empresas.

O X Congresso das Uniãos Profissionais expressou grande entusiasmo com os êxitos alcançados no plano econômico, em muitos casos ultrapassando as metas definidas. Nota-se uma intensa atividade política e ideológica para formar homens e mulheres com firmes convicções socialistas. Livres de preconceitos e concepções herdadas das classes exploradoras. Criando um novo homem. Solidário com todos os povos.

(José Freitas, metalúrgico gaúcho que participou do congresso da UPA)



Latifúndio mata

Pode ser mais de 300 o número de camponeses assassinados em Jeam-Rabel, interior do Haiti, a mando de um proprietário de terras. Jagunços emboscaram centenas de camponeses que reivindicavam reforma agrária na região. Muitos dos trabalhadores rurais foram mortos a golpes de machado e pauladas. A maioria dos mercenários é constituída de antigos elementos da Tonton Macoute, a polícia política que aterrizou os haitianos durante os 29 anos da ditadura dos Duvalier, derrubada no ano passado.

CIA no narcotráfico

O traficante de cocaína Jorge Morales, colombiano naturalizado estadunidense, confessou à Subcomissão da Câmara dos Representantes que investiga o tráfico de drogas nos EUA, que trocava tóxicos por armas com os mercenários contratados pela CIA para derrubar o governo sandinista da Nicarágua. Morales afirmou que os "contra" enviaram, entre 1984 e 1985, centenas de quilos de cocaína para os EUA.

Ressaca soviética

Entre janeiro e junho últimos, as indústrias soviéticas despediram 70 mil trabalhadores, enquanto a produção industrial cresceu 3,5% no mesmo período. Uma amostra de como se dá o "desempenho programado" - eufemismo com que Nicolay Shmeliov, teórico amigo de Gorbachev e genro de Krushchov, denomina o desemprego. Para o ideólogo da "perestroika" (transparência, o nome com que Gorbachev designa sua política econômica). O desemprego "não é um remédio de todo mau para tratamento da preguiça e da embriaguez". Imaginem a ressaca dos 70 mil soviéticos demitidos neste primeiro semestre, para que a indústria cresça...

Desemprego iugoslavo

Uma nova onda de demissões ameaça os operários iugoslavos. O governo revisionista de Belgrado decidiu impor uma nova lei de falências no país, que determina que as empresas que não puderem cobrir suas perdas de 1986 até o fim de setembro e não apresentarem soluções viáveis para a obtenção de subvenções do Estado terão de recorrer à falência. A lei não prevê soluções para os trabalhadores que ficarão desempregados devido à falência. A inflação no país já passou dos 100%, e em julho 2.500 operários da fábrica de motores Torpedo fizeram greve de cinco dias contra o arrocho salarial - com a luta, obtiveram um aumento de 50% nos salários.

Repressão no Quênia

O governo do Quênia prendeu centenas de opositores políticos e submeteu vários deles a diferentes tipos de tortura. Segundo denúncias veiculadas pela imprensa, pelo menos três opositores morreram na prisão desde 1986. Situado na costa centro-oriental da África, o país é governado desde 1978, com mão de ferro, por Daniel Arap Moi. Os Estados Unidos mantêm em território queniano uma base naval, em Mombaça.

Greve pára o Líbano

Greve geral no Líbano. Foi no dia 23. Convocado pela Federação Geral do Trabalho, o movimento paralisou bancos, escolas, comércio e indústria, instituições públicas e privadas. O aeroporto internacional de Beirute suspendeu as atividades por quatro horas. As praias foram interditadas. A FGT quer que o governo contenha a inflação, de 200% ao ano. Nos 12 anos de guerra civil, a renda média do libanês caiu de 5.300 para 600 dólares por ano. Um terço da população ativa está desempregada. Uma lata de leite em pó, de 400 gramas, custa o equivalente a Cz\$ 146, enquanto o salário mínimo é de Cz\$ 1.215.

Racismo sionista

O Departamento de Estado dos Estados Unidos viu-se obrigado a protestar ao governo israelense contra medidas discriminatórias que estão sendo adotadas contra norte-americanos negros ou de origem árabe que visitem Israel. Segundo denúncia de advogados norte-americanos, essas pessoas têm sido barradas nos aeroportos e submetidas a interrogatórios, pagamento de fianças, confisco de passaportes e deportação. Outro flagrante do racismo sionista: um tribunal israelense proibiu que o empresário palestino Abed El-Khalik Al-Diks comprasse uma fábrica de arame farpado que havia falido. Segundo o tribunal racista, a fábrica usava nas mãos de judeus "os produtos do país".



Um xiita ostenta sua arma sob uma foto fundador da Amal

PERU

Revés dos bancos

No dia em que o país comemorava o aniversário de sua independência política, o presidente do Peru, Alan García, enviou ao Congresso um projeto de lei estatizando os bancos e o sistema financeiro peruano, incluindo filiais de estabelecimentos estrangeiros. García decretou a intervenção no sistema financeiro, enquanto o projeto não é examinado pelos congressistas.

Falando no parlamento na ocasião do segundo aniversário de seu governo, o presidente foi enfático: "O sistema financeiro é hoje no Peru o mais poderoso instrumento de concentração de força econômica, e por isso de influência política, e o maior obstáculo para a democratização da produção".

O projeto prevê o fecha-

mento de 190 casas de câmbio e a indenização dos proprietários dos bancos, além da proibição de venda de moedas estrangeiras. Foram atingidos o Citibank, Bank of America, Chase Manhattan Bank, Bank of Tóquio, Bank of London e Banco Central S.A. da Espanha. A comunidade financeira internacional reagiu com sua costumeira arrogância: "Pobre Peru", disse um banqueiro, que se escondeu no anonimato.

García, além da estatização, reafirmou que manterá a política de limitar a 10% do total das exportações e o pagamento da dívida externa (de cerca de 15 bilhões de dólares). No plano político, ele anunciou o fim do toque de recolher em vigor no país há um ano.



No nº 5 da revista "Presença da Mulher" - que completa 1 ano de existência - você encontrará artigos sobre a imprensa feminina, o plano Bresser, a luta das mulheres da Nicarágua etc. Peça seu exemplar, ao preço de Cz\$ 30,00, à Editora Liberdade Mulher, rua dos Bororós, 51, 1º andar, CEP 01320.

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo

Anual (52 edições) □ Cz\$ 1.000,00
Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares) □ Us\$ 70

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

CEP:

Estado:

Profissão:

Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo - CEP 01318-0

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Os números da crise

Dados divulgados na semana passada pela Federação do Comércio de S. Paulo não deixam margem para dúvida a respeito da crise vivida pela economia do país. A entidade apurou que somente no mês de junho as vendas no varejo na capital paulista caíram 34,86% em relação ao mês anterior.

Há alguns dias o governo e setores empresariais procuraram demonstrar otimismo, garantindo que há indícios de melhora nas vendas em julho. Observa-se agora que mesmo esta "melhora" circunstancial, motivada pelo fato de os trabalhadores terem recebido no mês passado o último gatilho salarial, teve como ponto de partida um patamar extremamente baixo, considerado pelos comerciantes como "o pior desde fevereiro de 84".

Me chama, me chama...

O Palácio do Planalto tem acelerado seus esforços para conquistar entre a direita a sustentação de que necessita. No último dia 23 o presidente autorizou pela primeira vez um de seus ministros - o da agricultura, Iris Rezende - a conceder audiência à famigerada UDR. A ansia do governo em agradar os latifundiários é tão grande que o presidente da UDR nem sequer precisou pedir para ser ouvido: o próprio Sarney enviou dois emissários à sua procura, convidando-o para uma aproximação.

Um amor antigo

O chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, general Fernando Pamplona, convidou seu colega americano, general Carl Uomo, para uma visita ao Brasil. Segundo o jornal "O Estado de S. Paulo" a iniciativa visa reatar as excelentes relações que os dois exércitos mantiveram no passado, e que vinham sendo ameaçadas no terreno da produção de armamentos por disputas quanto ao uso de tecnologia avançada.

Novo homem do tempo

A Rede Globo vem reduzindo drasticamente em sua programação o tempo destinado à política e à economia. Os noticiários da emissora, como nos velhos tempos, estão voltando a ser boletins melodramáticos sobre ocorrências corriqueiras - buracos nas ruas, separações de casais famosos, desastres etc. Mas no dia 29 esta tendência foi levada a um exagero que chamou a atenção: no noticiário da hora do almoço o comentarista econômico Joelmir Betting, sem o que dizer em sua área, apareceu apenas para ler a previsão do tempo.

Que métodos!

O presidente Sarney costuma repetir que seu governo combate a corrupção e o fisiologismo. Mas na semana passada o governador do Amapá, Jorge Nova da Costa, homem de confiança do Planalto demonstrou até que ponto se deve levar a sério este palavreiro. Ele demitiu os seis secretários do governo ligados ao PMDB apenas porque a deputada Raquel Capiberibe, da ala progressista do partido, votou contra o governo na convenção peemedebista.

Com medo do povo

A Mesa da Constituinte parece estar preocupada com a possibilidade da pressão popular alterar os rumos conservadores da Assembleia. No dia 25 ela aprovou "normas" que procuram restringir o acesso do público às galerias da Câmara, onde se darão as votações mais importantes. Se as novas instruções vingarem, apenas uma pequena parte dos lugares disponíveis poderão ser ocupados pelos populares. Os outros serão destinados a jornalistas, assessores ministeriais e até membros do corpo diplomático. Além disso, aos poucos que entrarem serão expressamente proibidas "manifestações de aplauso ou desaprovação ao que se passar no Plenário".

Democracia longe

Os quartéis parecem continuar impermeáveis a qualquer sopro democrático. No dia 23 cinco entidades populares baianas denunciaram ao governador Waldir Pires que nas repartições da PM está havendo repressão severa à coleta de assinaturas para uma emenda popular à Constituinte que propõe a desmilitarização das Polícias Militares. Muitas folhas preenchidas foram recolhidas, e num quartel um capitão dispôs seus subordinados em forma e exigiu que devolvessem uma lista, alegando que "é irregular e não pode ser assinada".

Arte na Constituinte

Entidades progressistas do meio cultural realizaram no dia 25, no Rio, a segunda reunião de seu Comando Nacional pró-Constituinte, que exige entre outros itens a democratização dos meios de comunicação, o fim da censura e a garantia do pagamento de direitos autorais. O manifesto divulgado pelo Comando tem um conteúdo claro em defesa da cultura nacional.

DIRETAS-88

Definidos novos rumos da campanha

Numa reunião histórica, em que predominaram o espírito de unidade e o desejo de incorporar novas forças políticas ao movimento, os presidentes dos partidos políticos e das entidades engajadas na campanha por diretas em 88 acertam o calendário definitivo dos comícios, formam uma coordenação nacional para a luta e patrocinam uma emenda unitária estabelecendo como data das eleições 15 de novembro de 1988.

Na quarta-feira passada, os presidentes dos partidos políticos que integram a coordenação nacional da campanha pelas eleições diretas para presidente da República em 1988 - Affonso Camargo, vice-presidente do PMDB; Luiz Inácio Lula da Silva, PT; João Amazonas, PCdoB; Jamil Haddad, PSB e Doutel de Andrade, representando o presidente do PDT - reunidos com os presidentes da UNE, UBES, ANDES, CONAM e CUT e

com os líderes desses partidos na Assembleia Nacional Constituinte avaliaram o andamento da campanha, definiram alguns pontos organizativos e acertaram o calendário definitivo dos grandes comícios pelas diretas nas principais capitais brasileiras.

Ficou definido que a Coordenação Nacional da Campanha será integrada pelo vice-presidente do PMDB, senador Affonso Camargo; pelos presidentes do PDT, Leonel Brizola; do PT, Luiz Inácio Lula da Silva; do PCdoB, João Amazonas; do PSB, Jamil Haddad; do PV, Fernando Gabeira e pelo deputado Arnaldo Faria de Sá, do PTB, além dos presidentes da UNE, UBES, FENAJ, CUT e CONAM e do bispo de Duque de Caxias, D. Mauro Moreli. Essa Coordenação Nacional terá um Secretariado Executivo integrado pelos líderes do PMDB, PDT, PCdoB, PT, PSB e pelo representante do PTB.

MARCADOS OS COMÍCIOS

Em relação aos comícios ficou definido o seguinte calen-

dário: 7 de agosto, Caruaru; 10 de agosto, Campinas; 21 de agosto, Belo Horizonte; 26 de agosto, Goiânia; 28 de agosto, Salvador; 4 de setembro, Recife; 5 de setembro, Maceió; 6 de setembro, Aracaju; 11 de setembro, Porto Alegre; 18 de setembro, São Luiz; 25 de setembro, Rio de Janeiro; 4 de outubro, São Paulo, e Curitiba em data ainda a ser confirmada.

A reunião decidiu, ainda, publicar o texto do Manifesto à Nação, definindo os eixos principais da campanha - contra o Plano Bresser, por uma Constituição democrática e progressista e por diretas em 88 - nos principais jornais do país.

Essa foi, sem dúvida alguma, uma reunião histórica. Há muitos anos não se registrava no país um encontro tão amplo de forças políticas para o encaminhamento de questões de interesse nacional. Nem mesmo durante a campanha das diretas em 84 isso ocorreu, uma vez que naquela oportunidade muitas forças que hoje se apresentam com vida própria estavam abrigadas no PMDB.

ESPÍRITO DE UNIDADE

Mais do que essa amplitude, o que predominou na reunião foi o forte espírito de unidade. Está claro para todos os partidos e entidades engajadas na campanha que o seu sucesso depende diretamente do grau de unidade que se conseguir conquistar. Nesse sentido, foi dado um passo bastante significativo. Os líderes de todos os partidos decidiram subscrever uma emenda de plenário marcando as eleições presidenciais para o próximo dia 15 de novembro de 1988, independente das emendas de cada um dos partidos. Com isso, a campanha ganha um instrumento unitário de luta para se basear, a exemplo do que ocorreu em



Só uma campanha ampla pode levar milhões às ruas, como em 84

1984 com a Emenda Dante de Oliveira. Além dessa emenda de plenário, apresentada pelos constituintes, estão sendo colhidas assinaturas para uma emenda popular com o mesmo teor que deve desembarcar na Constituinte com alguns milhões de assinaturas, reforçando ainda mais a campanha.

Preocupados em dar ao movimento uma conotação politicamente ampla, e não de uma mera frente de esquerda, os líderes partidários convida-

ram o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, para participar da reunião. Covas, no entanto, não aceitou o convite, preferindo reunir-se no mesmo horário com constituintes do PMDB, do PFL e do PCB para conchavar pontos a serem aprovados por consenso na Constituinte. O PCB, por sua parte, continua se negando a aderir à campanha pelas diretas em 88. (Moacyr de Oliveira Filho, de Brasília)

As datas dos comícios

Em relação aos comícios ficou definido o seguinte calendário:

Caruaru - 7 de agosto

Campinas - 10 de agosto

Belo Horizonte - 21 de agosto

Goiânia - 26 de agosto

Salvador - 28 de agosto

Recife - 4 de setembro

Maceió - 5 de setembro

Aracaju - 6 de setembro

Porto Alegre - 11 de setembro

São Luiz - 18 de setembro

Rio de Janeiro - 25 de setembro

São Paulo - 4 de outubro

Curitiba - data a ser confirmada

"BLOCO INTERPARTIDÁRIO"

Um sonho, e nada mais

Desde que a Convenção Nacional do PMDB, realizada há mais de 15 dias, frustrou as expectativas do presidente Sarney, que desejava um posicionamento claro em favor do mandato de 5 anos, o noticiário político dos jornais e da TV tem dado destaque à tentativa de articulação de um bloco interpartidário para dar ao presidente sustentação mais estável e permanente na Constituinte. As informações são muitas vezes confusas. Logo após a Convenção, o líder no Planalto na Assembleia, Carlos Sant'Anna, garantiu que fora incumbido de articular o bloco. Foi desmentido em seguida pelo próprio porta-voz presidencial, Frota Netto, para quem Sarney não pensa em mexer em sua base parlamentar. Finalmente, no dia 27, o senador Marcondes Cadelha (PFL-PB) saiu de uma audiência com o presidente afirmando que ele deseja a formação do bloco interpartidário mas não se envolverá abertamente em sua articulação, "pelo menos por enquanto".

Quem se esforçar por ver os fatos em sua profundidade perceberá facilmente, no entanto, que a confusão não se deve a simples trapalhadas dos homens que desfrutam da intimidade do presidente. Por detrás das informações desencontradas e dos desmentidos, escondem-se na verdade sintomas de que dois grandes problemas surgiram no caminho da Nova República. Primeiro, o esquema parlamentar que até o momento permitiu que Sarney não perdesse uma só votação no Congresso desde sua posse, e que viabilizou expressivas vitórias conservadoras na Constituinte, encontra-se seriamente abalado. Segundo, o presidente tem enormes dificuldades para substituí-lo por outro que seja eficiente.

POUCO APOIO NO PMDB

Tudo indica que no PMDB o Planalto não voltará a encontrar o apoio tranquilo que obteve até agora. Além da ala progressista do partido, que expressou seu rompimento com Sarney logo após a Convenção, surgiram novas dificuldades na semana passada. Embora ressalvando que não

se sente obrigado a participar de todos os comícios por diretas, o senador Mário Covas garantiu que estará presente no próximo dia 7 em Caruaru, onde o Comitê Nacional que promove a campanha realizará sua próxima manifestação. Uma parcela importante da bancada do partido na Constituinte tende a acompanhá-lo, por discordar da orientação reacionária adotada pelo governo ou por temer que o eleitorado volte-se contra os políticos que não assumem uma postura nitidamente oposicionista.

Mas não é só. A Convenção mostrou também que o setor que inclui Ulysses Guimarães e a grande maioria dos governadores do partido não manterá a postura de alinhamento automático com Sarney. Este setor tende a exigir concessões cada vez maiores em troca do apoio ao governo. Entre elas incluem-se a manutenção de todos os espaços que ocupa no ministério e em escalões inferiores da administração federal e a inversão de grandes somas de recursos nos Estados, para financiar obras ou para permitir a "rolagem" de suas dívidas. Num momento em que o governo enfrenta sérias dificuldades de caixa, é pelo menos duvidoso que Sarney consiga atender a tantas exigências.

HIPÓTESE INVIÁVEL

Restaria a Sarney trocar o apoio cada vez mais incerto e instável que tem no PMDB por uma frente parlamentar marcadamente direitista, abrangendo

o PFL, a ala reacionária do PMDB que atende pelo nome de "Centro Democrático", o PTB e talvez o PDS. É isso que lhe foi proposto nos últimos dias, primeiro pelos deputados Roberto Cardoso Alves e Expedito Machado, porta-vozes da direita do PMDB e depois pelo próprio presidente do PFL, senador Marco Maciel.

Este parece ser o grande sonho do presidente. A vacilação com que o Planalto encara a tarefa, e a recusa em assumi-la abertamente, como ficou claro pelas declarações do senador Marcondes Gadelha, indicam porém que, pelo menos por enquanto, a hipótese é inviável na vida real. Sarney sabe que ao romper definitivamente com Ulysses e com os governadores do PMDB os forçaria a engrossar a oposição, para buscar nas ruas o espaço político perdido no governo.

Faltando apenas um mês e meio para o início da fase final dos trabalhos da Constituinte, o grande drama político vivido pelo governo demonstra que o domínio dos conservadores na Assembleia não é tão estável como parecia há algum tempo, e que a oposição do povo à política reacionária da Nova República o submete a crises sérias. Os brasileiros que estão empenhados em alcançar diretas em 88, visando conquistar um futuro progressista para o país, deveriam levar isto em conta e multiplicar seus esforços pelo sucesso da campanha.



Ulysses pede cada vez mais para apoiar Sarney na Constituinte

PROGRAMA NACIONAL DO PCdoB NA TV

Dia 14 de agosto às 20:30 hs

DIRETAS

Ato em Manaus

Marcado por um clima de unidade das forças progressistas do Estado, contando com um calendário de mobilização unificado e lista de oradores decidida democraticamente, o primeiro comício por diretas em 88 realizado em Manaus reuniu cerca de 8 mil pessoas na Praça da Saudade, no último dia 24.

Às 18h30, horário marcado para o início do ato, cerca de 3 mil pessoas já ocupavam as dependências da praça. Um atraso de quase duas horas, motivado por defeito na aparelhagem de som, não foi suficiente para dispersar o público, que aguardou pacientemente os discursos.

Na primeira parte do comício, a palavra foi aberta para representantes de entidades locais envolvidas na campanha. Dirigentes da Associação dos Servidores da Secretaria da Saúde, de diversas entidades comunitárias e da CUT relacionaram a luta por diretas com a conquista de uma Constituição progressista. O presidente da Associação dos Moradores da Chapada destacou-se ao lembrar a necessidade de incluir no futuro texto constitucional direitos do povo tais como educação, saúde e moradia.

Falaram a seguir líderes do PCdoB, PT, PDT, PV, PSB, PTR e PCB no Amazonas, bem do vereador Celso Seixas, que deixou recentemente o

PMDB, por discordar de um mandato de 5 anos para Sarney. As intervenções eram intercaladas pelas palavras-de-ordem "1, 2, 3, 4, 5, mil: queremos eleger o presidente do Brasil" e "Olé olé, o Amazonas tá botando pra quebrar".

Quando já passava das 21 horas começaram os discursos de constituintes que defendem as diretas em 88. Estavam presentes o senador Affonso Camargo, o deputado Fernando Lyra, José Carlos Sabóia e Domingos Leonelli, todos do grupo "Unidade Progressista", do PMDB; Haroldo Lima, do PCdoB; Benedita da Silva, do PT; Mário Frota e Jamil Haddad, do PSB; além do candidato ao governo do Amazonas em 86, Artur Virgílio Neto. O representante do PCdoB foi bastante aplaudido ao dizer que "é necessário mudar a política econômica que escancara as portas do país ao capital estrangeiro". Affonso Camargo lembrou que "só o povo unido é quem faz as mudanças".

Arthur Virgílio Neto encerrou o comício propondo a realização de novo ato, no prazo de dois meses, o que entusiasmou os presentes. Um popular de nome Antônio, morador do bairro de Aparecida, resumiu o pensamento do público ao lembrar que "só um presidente que tenha apoio popular pode enfrentar as multinacionais e os grandes empresários". (da sucursal)

DÍVIDA EXTERNA

Nos braços do FMI

A capitulação do governo às pressões exercidas pelos banqueiros estrangeiros ganhou um novo impulso na semana passada. O próprio presidente Sarney tratou de comunicar à imprensa sua posição favorável a um novo acordo formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como vem sendo pregado pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

Depois de permanecer uma semana nos Estados Unidos, onde manteve contatos com representantes dos banqueiros, do FMI, do Banco Central norte-americano e outros representantes dos monopólios ianques, o ministro da Fazenda retornou ao Brasil disposto a tudo para chegar a um acordo com os bancos credores, mesmo que isto signifique empenhar ainda mais a soberania nacional.

FIM DA MORATÓRIA

Uma das iniciativas neste sentido consiste em retomar, o quanto antes, o pagamento dos juros à comunidade financeira. “Nosso objetivo é acabar com a moratória”, ressaltou Bresser Pereira logo ao chegar nos Estados Unidos.

Mais que isto, ele concorda inclusive em pagar ainda neste ano uma parcela dos débitos vencidos durante a vigência da moratória, o que vem sendo exigido pelos banqueiros.

O que pede, como compensação, é o refinanciamento de 4,3 bilhões de dólares neste ano, relativos a juros devidos aos bancos privados, uma vez que não existem as menores condições de pagá-los. E a redução do “spread” (taxa de risco) cobradas sobre a dívida brasileira.

Também as reivindicações para o próximo ano foram minimizadas (estavam, até há pouco, previstas em 3,1 bilhões de dólares na forma de capitalização e conversão da dívida). O ministro disse com todas as letras: “Aceitamos que os bancos nos imponham a garantia

CONVERSÃO

O entreguismo assanhado

Enquanto tramita na Constituinte um projeto de decisão proibindo a conversão da dívida externa em investimentos (já aprovado na Comissão de Sistematização), o governo marcha rapidamente para a regulamentação da medida. Toda uma equipe do Banco Central foi mobilizada e está trabalhando neste sentido.

A pressa do governo constitui mais um importante passo no processo de capitulação às pressões dos credores estrangeiros, que estão interessados na chamada conversão (transformação dos débitos em investimentos diretos na economia, seja implantando ou adquirindo empresas e ações no Brasil com ativos da dívida).

TAYLORISMO SANGUINÁRIO

Entre as iniciativas relacionadas com a conversão da dívida externa em investimentos, encontra-se a possibilidade de criar “zonas de processamento ou plataformas de exportação” semelhantes às existentes na Coreia do Sul e outros países asiáticos.

A “solução” foi apresentada, oficialmente, pelo próprio presidente Sarney. Com muita badalação. Seriam construídas



Um sorriso ingênuo e, francamente, bajulador e subserviente nos EUA

de que nós pagaremos 100% dos juros. E esta garantia nós podemos dar”.

CAPITULAÇÃO COMPLETA

Finalmente, para completar o processo de capitulação, Bresser Pereira passou a defender ardorosamente a ideia de que é indispensável formalizar um novo acordo com o FMI, o que tenta apresentar ao mesmo tempo como inevitável e favorável ao país.

Consciente da forte oposição ao Fundo mesmo dentro do governo e dos partidos que lhe dão sustentação, ele vem ensaiando uma verdadeira ginástica mental para mostrar que “não é a mesma coisa que se fez na época do Delfim”. Alega, entre outras coisas, que primeiro vai tentar fechar um acordo com os bancos privados para depois ir ao FMI, como se houvessem enormes contradições entre eles.

Na verdade, são os banqueiros internacionais que estão colocando o retorno ao Fundo como condição necessária para alcançar qualquer tipo de entendimento. Agem da mesma forma o Clube de Paris e o governo japonês — com

quem a equipe do Ministério do Trabalho negocia empréstimos vinculados à exportação de fábricas desativadas e técnicos nipônicos aposentados.

COMPLICADORES POLÍTICOS

O governo espera chegar a um acordo com os bancos até o dia 20 de outubro (nesta data os banqueiros americanos serão forçados a contabilizar novos prejuízos e aumentar reservas se o Brasil persistir na moratória). As autoridades estão dispostas a fazer todas as concessões que a banca internacional, numa postura intransigente e arrogante, ordena. Os últimos ajustes econômicos apontam precisamente nesta direção — especialmente as medidas destinadas a realimentar as exportações e o superávit comercial, que voltou a superar a marca dos 1 bilhão de dólares ao mês. O entreguismo descarado implícito nesta conduta, entretanto, esbarra em sérias resistências (mesmo o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, esbravejou contra um possível retorno ao FMI) e isola ainda mais o governo Sarney, engrossando o coro pelas diretas em 1988.

Nova forma de governo

A definição do sistema de governo do país é uma das questões centrais que está em discussão na Assembleia Nacional Constituinte. Dessa definição depende em grande parte o grau da democracia que pretendemos construir em nosso país. É exatamente por isso que o Palácio do Planalto, a direita radical e os setores conservadores buscam de todas as fórmulas pressionar a Constituinte, desmoralizar o seu trabalho, ridicularizar o Projeto de Constituição até agora elaborado. Tudo isso porque esses setores pretendem levar para o plenário uma definição que mantenha o atual sistema de governo presidencialista.

O Partido Comunista do Brasil tem uma posição clara e definida a esse respeito. Defendemos a instituição de um novo sistema de governo no país, de conteúdo mais democrático, com feições parlamentarista. Desde o início dos trabalhos constituintes apresentamos uma Proposta de instituição de um governo de co-responsabilidade entre os Poderes Executivos e Legislativo, como forma de democratizar o poder político no país. Embora nossa proposta não tenha sido acatada, o sistema de governo que está prevalecendo no Projeto de Constituição em discussão no plenário é bastante positivo. Ao adotar o sistema parlamentarista, ele reduz os poderes imperiais do Presidente da República, amplia os poderes e a participação do Congresso Nacional na condução do governo e, nesse sentido, democratiza o poder político no país. É, portanto, uma conquista que precisa ser preservada.

Defendemos o parlamentarismo não por modismo.



OPINIÃO
PARLAMENTAR
Eduardo Bonfim
PCdoB, AL

Defendemos o parlamentarismo porque ele é uma necessidade histórica. Ao reduzir os poderes do Presidente da República, na verdade um monarca de novo tipo, o parlamentarismo toca na questão central dos regimes autoritários e centralizadores que temos assistido em nossa História republicana, onde o Presidente pode fazer tudo sem dar satisfação ao conjunto da sociedade. Aí está, na nossa opinião, um dos pontos centrais do regime autoritário existente até hoje em nosso país. Mais do que isso, é no presidencialismo que está a raiz do militarismo que assola a sociedade brasileira. Presidencialismo e militarismo são farinhas do mesmo saco.

Não é por outra razão que o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, revelando a opinião do Alto Comando do

Exército, vem defendendo o presidencialismo e criticando o parlamentarismo. Na verdade, os militares defendem a manutenção do presidencialismo porque sabem que só assim terão condições mais favoráveis para continuar interferindo e controlando a vida política do país. Afinal, é mais fácil pressionar e controlar uma pessoa com poderes ilimitados do que pressionar e controlar um conjunto de pessoas, um Primeiro-Ministro e o Congresso Nacional.

A defesa do parlamentarismo é, portanto, a defesa da democracia, da participação popular na condução dos destinos da Nação, a defesa do diálogo e do debate sobre os grandes temas nacionais. É, em síntese, defender um novo regime de governo, efetivamente mais democrático e mais progressista.

É fundamental que alguns setores progressistas, empenhados na luta comum por eleições diretas para Presidente da República em 1988, entendam a importância dessa questão e abandonem suas posições equivocadas em defesa do presidencialismo. O voto direto é uma justa aspiração popular. Mas o povo não quer votar num monarca, que tenha poderes ilimitados sobre todos. Mas sim num Presidente que divida esses poderes com outros segmentos representativos da sociedade e com outros Poderes, que amplie e divida com o conjunto da sociedade a responsabilidade de dirigir o país e, mais do que isso, que conduza a Nação à efetiva consolidação da democracia.



BANCOS

A crise é um bom negócio

Os bancos tiveram lucros recordes no primeiro semestre deste ano, nunca antes alcançados pelo menos desde 1979. O Banco do Brasil chegou a lucrar 34 bilhões de cruzados; O Bradesco, Cz\$ 4,25 bilhões; e o Itaú, Cz\$ 3,033 bilhões, segundo balanços publicados recentemente na imprensa.

Era de se esperar, uma vez que a política do governo foi orientada precisamente para a elevação das taxas de juros e, consequentemente, dos ganhos fabulosos dos rentistas. São dados que mostram com toda clareza que, ao contrário do que os agentes da burguesia gostam de divulgar, há os que se beneficiam (e muito) com a crise. O Plano Bresser privilegiou ainda mais o sistema financeiro, que opera atualmente com taxas de juros mais altas em termos reais que nos meses anteriores.

CONCENTRAÇÃO

Os números patentizam a brutal concentração de capital nas mãos dos agiotes brasileiros. Isto não ocorre sem lutas e perturbações politicamente grandes no processo produtivo. Afinal, os recursos concentrados pelos banqueiros são retirados

de outros setores da economia. Significam, de uma forma geral, a apropriação de lucros que foram acrescidos nos últimos meses com o maior arrocho salarial da história, ou seja, são resultados da superexploração dos trabalhadores.

Contudo, este é apenas o aspecto mais global do fenômeno, que indica também uma apropriação de rendas desproporcional em relação a outros setores da economia, aos capitalistas produtivos de indústrias, aos comerciantes e aos agricultores. E, aí, particularmente com os empresários de pequeno e médio porte, dado que os grandes acabam lucrando quando aplicam o capital ocioso no sistema financeiro.

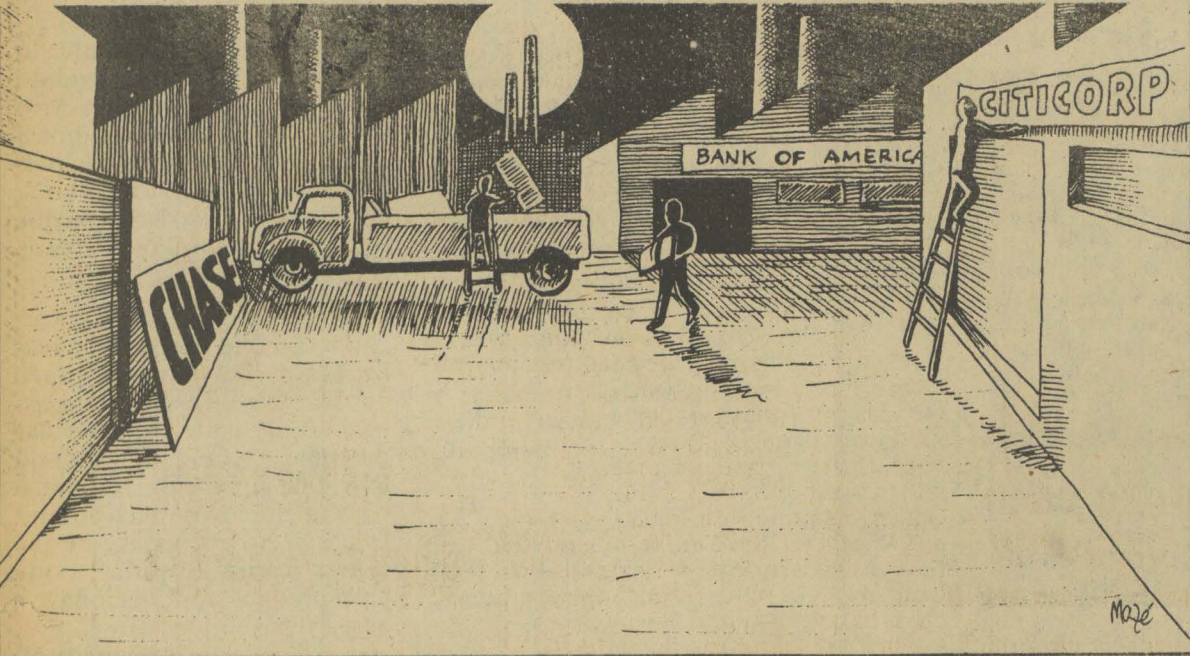
A dimensão da distorção ficou evidenciada neste mesmo primeiro semestre com o desencadeamento de falências e concordatas em massa, atingindo pequenos e médios empresários e milhares de produtores rurais. O protesto foi tão violento que o governo viu-se obrigado a intervir, arcando com boa parcela das dívidas impagáveis desses setores e, para salvar os banqueiros, enviando as reservas contra inadimplências.

DESESTÍMULO À PRODUÇÃO

Em tais situações os investimentos capitalistas na produção ficam desestimulados, torna-se tentador vender empresas e aplicar os recursos no sistema financeiro, formando o que se convencionou chamar de ciranda financeira. Ao mesmo tempo, os empresários tratam de aumentar seus preços e com eles os lucros com a finalidade de ficar com uma parcela do excedente além da que é destinada ao pagamento dos juros.

Mesmo conhecendo esses efeitos, o governo não toma qualquer iniciativa para controlar as taxas dos juros. Pelo contrário, é o primeiro a pressioná-las para o alto com a política de financiamento do déficit público. Ajuda, assim, a engordar os agiotes.

É gritante o contraste entre os lucros dos banqueiros e os salários de seus empregados. Conforme o Sindicato dos Bancários de São Paulo, por exemplo, “de acordo com os dados da contribuição sindical de 1986, 55% dos funcionários do Bradesco (maior banco privado do país) ganham um salário total — incluindo anuênio e todas as verbas — de até três salários mínimos, algo em torno de Cz\$ 6.000”.



LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

A verdadeira face de Magri

Pelego é a denominação que se dá no sul do país à manta colocada entre a sela e o couro dos cavalos. Sua função é amaciar, evitar o atrito. Mas certos dirigentes sindicais, na direção das entidades, “trocam o confronto pela cooperação” como declarou recentemente o empresário Guilherme Afif, buscam “a harmonia entre o setor patronal e o setor trabalhista”, segundo Ronaldo Caiado, presidente da UDR. Muito apropriadamente, os trabalhadores chamam estes sindicalistas de pelegos.

O “NOVO” DECRÉPITO

Os choques de interesses nas sociedades capitalistas são cada dia mais agudos. Num confronto aberto entre explorados e exploradores, rapidamente a solução revolucionária se colocaria na ordem do dia. A burguesia recorre então aos mais sórdidos expedientes para corromper lideranças e uma certa camada privilegiada da classe operária no intuito de confundir e sabotar a luta dos trabalhadores. Lênin já tinha identificado o papel daninho desta “aristocracia operária” no início do século e denunciado a atividade traiidora destes “chefes” vendidos ao capital.

Mas embora estes agentes da burguesia sejam conhecidos e desmascarados, desde tanto tempo, o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, assim como outros representantes da burguesia, tentam nos dizer que o sr. Rogério Magri, arqui-pelego que inclusive confessa ser financiado pelos dólares do sindicalismo americano tipo AFL-CIO, inaugura, junto com Luís Antônio Medeiros uma “nova” corrente de sindicalismo brasileiro.

JOGO DO CAMALEÃO

Não começou agora a trajetória do sr. Magri. E muito menos a sua vinculação com o Iadesil - instituto filiado às entidades pelegas norte-americanas. Mas neste período recente, com a ofensiva das massas contra o regime militar abrindo caminho para mudanças, este camaleão infiltrado no meio trabalhador, realizou uma reciclagem. Portou-se como democrata, aceitou articulações onde estavam forças progressistas, recolheu o seu vocabulário anti-comunista. Tratou de manter-se na superfície. Se, nesta maré de transformações aparecesse com sua verdadeira fisionomia, seria rapidamente colocados à margem do movimento sindical.

Mas agora as coisas mudaram. O setor da burguesia que participou da oposição à ditadura, e que alcançou a hegemonia do poder, esgotou a sua capacidade de democratismo. E parte abertamente para um regime autoritário, antípodo e antinacional. Conseqüentemente, coloca em ação seus agentes, encarregando-os de frear a tendência de unificação e de ascenso do movimento popular.

Magri volta à velha e desgastada tese de separar as reivindicações operárias da luta política. “Somos independentes”, diz ele, com os bolsos cheios de dólares. “Não nos metemos em política”, declara. Tudo para negar a greve geral contra o Plano Bresser - melhor seria dizer Plano do FMI - e para impedir o movimento sindical de se manifestar a favor de diretas em 88 - em outras palavras, impondo ao sindicalismo a concordância com o mandato de cinco anos para Sarney. E ainda para atacar os comunistas - ou seja, para defender a burguesia e o capitalismo.

O REI ESTÁ NU

De certa maneira o sr. Magri, involuntariamente, contribuiu para fazer avançar o nível de consciência dos trabalhadores. Quem se enganava com as suas atitudes neste período de reciclagem, percebe claramente que atrás daqueles gestos macios estava o pelego sem escrúpulos, servidor dos patrões, inimigo da classe operária. (Rogério Lustosa)

DESEMPREGO

Jovens, os mais afetados

Com razão escrevemos e dizemos que em nossa sociedade socialista o desemprego desapareceu. Enquanto que nos países capitalistas este existe. Isto significa, porém, a grande vitória econômica e social que alcançou nosso país, que nenhum de nós pode imaginar em toda sua grandeza.

O desemprego representa uma verdadeira angústia, é a incerteza do amanhã, na hora de encontrar algo que permita ao homem subsistir e não morrer de fome ou de frio. E no mais, a vida do homem sempre esteve ligada ao trabalho. Não se trata de uma afirmação filosófica nem ética, mas sim de uma realidade que se vive e se sente a cada dia, a cada momento. Começando pela identidade e dignidade individual do homem, pela garantia dos meios de subsistência, pelo aprendizado na escola, sua formação, tudo é modelado e se baseia na necessidade de trabalhar e criar.

Quando esse esquema começa a alterar-se, o homem começa a pensar e a perguntar-se: O que fazer com sua vida, com seu direito inalienável de manifestar sua própria identidade? Porém, como sublinhou o camarada Ramiz Alia no IX Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, no mundo capitalista “existem dezenas de centenas de milhares de pessoas que nascem e morrem sem saber o que é o trabalho”. E nestas condições incluem-se as poucas coisas de que podem dispor essa gente. Os desocupados não podem dar significado e valor à sua vida, porque se uma pessoa perde seu trabalho, para ela não tem significado e nem valor nem as coisas e nem a própria vida. A carência de humanismo está na natureza do capitalismo. Este veredito se faz mais evidente e imponente quando vemos que o socialismo na Albânia abre caminho a cada trabalhador para que trabalhe e crie com dignidade, tem garantido a cada qual o direito e a possibilidade de trabalhar, de desfrutar a vida sobre a base do trabalho e de todos os seus bens materiais e espirituais. O trabalhador de nosso país, velho ou jovem, se sente tranquilo e está seguro de poder manifestar suas capacidades. Não tem temor nem de perder seu emprego, nem de encontrar trabalho. Durante o sétimo plano quinquenal (1981-1986) se criaram postos de trabalho para 200 mil novas forças ativas, e no oitavo plano quinquenal (1986-1990) se criarão outros 220 mil postos. Ainda que estas pareçam cifras simples de pronunciar, tem seu conteúdo e seu incalculável valor social, porque representam a vida, o trabalho criador e a liberdade do homem na Albânia Socialista, liberado de exploração, porque detrás disso se encontra o autêntico humanismo de nosso sistema social socialista.

Só nos países capitalistas desenvolvidos têm sido lançados à rua, sem trabalho e meios de subsistência, mais de 31 milhões de pessoas. O desemprego tem alcançado desse modo níveis sem precedentes, faz meio século, desde a grande crise dos anos 1932-1934. Os parados representam entre 9 e 18 por cento do total das forças aptas para o trabalho de cada país.

Segundo dados oficiais de 1986, nos EUA, que é o país com maior volume de produção e de consumo do mundo capitalista, existem 8,5 milhões de desempregados. E isto quando se acreditava haver alcançado o ponto culminante do auge depois da crise de 1983, e que este auge elevaria o desenvolvimento da economia em outros países capitalistas. Nos países capitalistas da Europa existem um total de 19,3 milhões de desempregados.

Alimentando a marginalidade

Estes são em geral jovens que terminaram seus estudos médios e superiores e buscam seu primeiro emprego ou que têm uma profissão, porém que perderam seu posto de trabalho. Por isso sobre os jovens pesa a maior angústia, o desemprego, porque não têm segurança de que possam encontrar algum trabalho para poder viver, para poder pôr em jogo o seu talento, seus conhecimentos, suas capacidades criadoras, intelectuais e manuais, para realizar seus sonhos e aspirações de trabalho.

Muitos desses jovens e desocupados entram na fila dessa nova casta social que se criou nos países capitalistas, os chamados marginais sociais, que iniciam o caminho da criminalidade comum e organizada, da droga, da prostituição, do contrabando etc...

Esta casta se engendrou no próprio sistema capitalista contemporâneo, por isso que o desemprego, com suas crescentes proporções, outorga um papel cada vez mais importante na degeneração ulterior da sociedade burguesa.



O desemprego nos países capitalistas e sobretudo entre a juventude chegou ao ponto que os próprios ideólogos da burguesia o consideram um problema muito mais grave e perigoso que os das extraordinárias e excessivas dívidas que os países em vias de desenvolvimento têm contraído com as grandes potências imperialistas neocolonialistas. Os desocupados não só constituem uma grave e aberta acusação contra o sistema capitalista, não só uma das numerosas manifestações da crise moral e espiritual em que se debate a sociedade burguesa. Representam ao mesmo tempo um explosivo nos cimentos do seu edifício, que qualquer dia pode explodir com toda sua força. E é isso que mais atemoriza as classes exploradoras no poder e obriga os seus apologistas a esplanar-se diariamente com seu palavreado sobre as medidas e possibilidades que supostamente existem para reduzir as atuais proporções do desemprego.

Sobre o desemprego nos países capitalistas, os políticos, os economistas, os sociólogos e outros fazem numerosas constatações, dão recomendações e propõem as mais diversas terapias. Porém nenhum dos diagnósticos feitos até o presente é real. Por isso em nenhum caso tem sido capaz de apontar resoluções, de dar resultados concretos, porque qualquer solução apontada é alheia, e está renhida com a própria natureza e lógica deste fenômeno. Todos os fatos e os dados relacionados com o desemprego demonstram que esse fenômeno não é algo casual, momentâneo conjuntural, senão uma lei que é característica da natureza exploradora de classe do sistema capitalista e que não podem ser superados nos marcos do mesmo.

Inclusive o incontestável otimismo que se demonstra relativo à revolução técnico-científica que caracteriza a nossa época, não concorda com a situação real do desemprego. Esta revolução, que poderia ter criado possibilidades novas, grandes e sem precedentes para o aumento da produção de bens materiais a baixo preço, longe de solucionar ou atenuar o desemprego, tem aprofundado, agravado, tornado mais agudo, o problema. É certo que a criação de novos ramos de produção e a aplicação das tecnologias avançadas atuais criam novos postos de trabalho. Porém ao mesmo tempo é um fato inegável que no sistema capitalista se criou a desocupação para numerosas pessoas que vão incorporar as filas do exército permanente dos desempregados.

Modernização pode aumentar emprego

É evidente que qualquer modernização do aparato produtivo, a auto-

matização massiva do trabalho que se efetua nas empresas capitalistas, as graves conseqüências dos mesmos pesam sobre os trabalhadores, em particular sobre os jovens que são lançados à rua. Privar o homem do trabalho, dos meios criados por ele, não é resultado imane do progresso técnico-científico, senão conseqüência direta e inevitável da natureza do sistema capitalista.

Agora não se fala unicamente da impossibilidade de controlar o fenômeno da desocupação, senão também de faltas de “teorias” para descrevê-lo e explicá-lo. E de fato o número de parados nos países capitalistas aumenta, quando a crise de produção está em decadência, como quando se sai da fase da crise e se cria um certo auge da vida econômica. Por esta razão o desemprego em nossos dias é um fenômeno massivo e permanente, independente da fase e do ciclo em que se encontra a economia do mundo capitalista.

Os diversos sintomas conjunturais da economia mundial capitalista e dos dados relativos às transformações que se operam em suas estruturas nacionais e internacionais, não se anunciam melhores dias para o problema do desemprego. Por isso seguirá mantendo-se a níveis tão altos não só nos próximos anos, mas também depois. A redução mínima do número de desempregados nos principais países capitalistas industrializados requeriria, segundo cálculos feitos por especialistas desses países, que a produção nacional global começara a um ritmo médio anual de pelo menos uns 5% naturalmente. Isto é só uma hipótese abstrata, porque nestes países, inclusive nos anos de bonança anteriores à crise de 1974, tais ritmos têm sido uma exceção ou casos esporádicos.

Superioridade do socialismo

Se se provou na teoria e na prática que os monopólios capitalistas e revisionistas não aceitam explorar por completo as capacidades produtivas, incrementar a produção e aumentar a demanda em proporções sensíveis de novas forças de trabalho, faz perigar seu lucro, não eleva seu aumento e nem acrescenta sua força competitiva, no caso de que para os monopólios surja o perigo de que os trabalhadores reivindiquem aumentos salariais. Inclusive com o atual nível dos salários, os muitos ideólogos burgueses que tentam fazer crer que os mesmos trabalhadores são os culpados da queda de trabalho porque exigem salários elevados. Porém é certo que as empresas capitalistas fixam o número de trabalhadores que terão e o montante de seu salário partindo de um critério de lucro. Disso depende e estão condicionados

não só os limites do emprego e do desemprego, mas também toda a vida da sociedade burguesa e revisionista. Esta é uma lei férrea que não pode resolver-se e nem superar-se nos marcos do capitalismo.

E nestas condições a falação das “preocupações”, os planos e as medidas que pretendem adotar os monopólios, a burguesia e seu Estado para criar supostamente novos postos de trabalho, sobretudo para a jovem geração, não são mais que demagogia que serve para cobrir com uma folha de parreira a grave situação atual e a sombria perspectiva que há criado um grande problema da desocupação para jogar nos olhos das massas trabalhadoras, para debilitar a luta e seus golpes contra o sistema opressor e explorador capitalista. Não é casualidade que em nossa época, caracterizada por uma tensa situação social, ocasionada pelo desemprego, todos os defensores do regime capitalista desde a igreja, os clérigos e seus apologistas declarados ou encobertos pregam a paz entre as classes, para não deixar vir à luz a polarização de interesses entre ricos e pobres, para não aticar o fogo da luta de classes.

A total ocupação no sistema capitalista foi proclamada desde o ponto de vista teórico como utópica e ilusória e foi arquivada na prática. Para dar saída a este problema, a sociedade burguesa não dispõe nem de valores morais, nem das instituições necessárias políticas, econômicas e sociais.

O pleno emprego, o direito real ao trabalho e a garantia do trabalho para todos, a utilização normal do talento e da capacidade criadora das pessoas, se resolvem pela primeira vez na sociedade socialista. Sua solução constitui uma das maiores vitórias sociais do socialismo. Por isso também neste terreno o socialismo é o sistema mais humano que se conhece em toda a história: demonstra claramente sua superioridade sobre o capitalismo.

(Hekuran Mara, professor albanês)

Leia e Assine Tribuna Operária



Foto: Benedito Salgado

Manifestação contra os altos preços das contas de luz em São Paulo

ELETROPAULO

Roubo à luz do dia

Os consumidores de luz da Eletropaulo levaram um duplo choque nos últimos meses. Primeiro foram os aumentos das tarifas, muito superior à inflação. Agora os relógios medidores dispararam loucamente, jogando as contas nas nuvens e provocando um rombo no bolso do consumidor. Cerca de 3 mil reclamações são feitas diariamente na Grande São Paulo e o que mais se ouve nestas filas é: "Isso é um roubo"

Wilson Spínola Marcório mora sozinho em um apartamento no bairro da Bela Vista, em São Paulo. De repente o seu consumo, que nunca era superior a 50 quilowatts por mês, saltou para 700 kw. Rogério, morador no Cambuci, mostra seus talões da conta de luz desde janeiro de 1986, tendo até junho último uma média de 88 kw. Mas em julho, para sua surpresa - pois não teve nenhum gasto extra de energia elétrica - a sua conta mostrava um consumo de 253 kw.

Para a aposentada Helena Manoel, o susto e a revolta foram maiores. A sua conta passou de 250 para 1.216 kw. Ela, como Wilson, foram reclamar na agência da Eletropaulo, na avenida Brigadeiro Luis Antônio. Os técnicos foram à sua casa verificar o seu medidor e disseram que em 13 dias de julho o relógio já havia marcado 1.000 quilowatts. Ela está indignada, pois até agora a empresa não lhe deu nenhuma explicação.

"ISSO É UM ROUBO"

"Isso é um roubo", desabafa Helena, já com seus cabelos brancos. Ela critica acicamente o pouco caso das autoridades e particularmente o presidente da Eletrobrás, Mário Behring, que aconselhou os consumidores a desligarem a luz e a geladeira. "Quero ver se a mãe dele apaga a luz". E explica porque existe esta discriminação: "Pobre não reclama, porque não temos nem dinheiro para pagar advogado"

Junto com este salto "inexplicado" no consumo, também o valor de muitas contas de luz vieram adulteradas, fato este, já reconhecido pelos diretores da estatal paulista. Inicialmente a Eletropaulo negou que estivesse cobrando a mais, mas o Procon (Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor) provou que este golpe foi feito propositadamente.

Os técnicos da empresa afirmam, que por falta de funcionários, o cálculo nos gastos de energia elétrica está sendo feito pela média do consumo. Em maio, com a leitura real, constatou-se um consumo superior ao dos meses anteriores. "A Eletropaulo então jogou toda essa diferença na conta de maio e cobrou pela tarifa em vigor naquele mês", diz Daniel Fink, diretor do Procon. Assim o consumidor pagou esta diferença pela tarifa mais alta.

Uma outra trapaça feita pela Eletropaulo. Um exemplo: um consumidor gastou 134 kw em março (Cz\$ 95,00) e outros 134 em abril (Cz\$ 123,00 devido ao aumento nas tarifas) e 541 kw em maio. Somando-se estes valores dá um total de 809 kw. Esse número dividido por três dá uma média de consumo de 269 kw para cada mês. Só que a empresa cobrou as contas de março e abril com base de consumo de 269 kw. Mas em maio com base em 541, sendo que o certo seria 269. Nestes trambiques a Eletropaulo faturou alguns milhões de cruzados a mais às custas do consumidor.

POR QUE ESTA TRAPAÇA?

Por que a Eletropaulo usa este tipo de expediente sujo? Pergunta o usuário revoltado. A conclusão mais lógica mostra que está relacionado com a enorme dívida da empresa, que no final de junho era de Cz\$ 11 bilhões. Isto ocorre apesar da Eletropaulo estar entre as concessionárias mais rentáveis do país e atender a região da Grande São Paulo e Vale do Paraíba, considerada o *filé mignon* do setor. Além disso, a partir de dezembro as tarifas de luz sofreram reajustes de 396%, enquanto a inflação neste período foi de 191,9%.

E o peso destas medidas caem com muito maior intensidade nas costas do consumidor residencial, pois a indústria paga por quilowatt metade do preço das residências. Além do que os patrões podem repassar estes custos para o preço dos produtos.

Nestes aumentos ocorridos, muitos casos chegam a ser desumanos, como o do aposentado Gildo Aguiar, que recebe um pecúlio mensal de Cz\$ 3.500 e teve de pagar Cz\$ 3.401,99 pela sua conta de luz de junho (em maio pagou Cz\$ 447,54). Durante as manifestações das donas-de-casa, os cartazes interrogavam: "Por que a conta aumentou se o salário congelou?". Cristina, uma moradora da Bela Vista, dá sua opinião: "Eles estão querendo pagar as dívidas deles (da Eletropaulo) às nossas custas. (Domingos Abreu)

SUL DA BAHIA

Ameaça aos posseiros

"Ou o Incra desapropriará a área do Brejo ou haverá uma chacina como a do Sarampo pois os fazendeiros estão ameaçando os posseiros e articulados com a UDR. Inclusive já me ameaçaram de morte". O alerta é do presidente da Associação dos Posseiros e Assalariados Rurais de Canavieiras,

Alberto Evangelista.

Na região do Brejo vem ocorrendo uma grilagem, atingindo cerca de 250 famílias. Há dois anos houve caso semelhante, na região do Sarampo, resultando numa chacina de trabalhadores rurais, alguns sendo esquartejados pelos grileiros.

No dia seis de julho os fazendeiros Edson Barbosa e João Vuilher tentaram invadir a área provocando conflitos com posseiros que já residem há mais de 11 anos nestas terras.

O presidente da Associação comenta que "O Incra só resolve desapropriar quando já existem mortes e chacinas. Parece que está esperando que aconteça isto aqui para tomar uma atitude". Além da desapropriação os trabalhadores exigem que a área não fique no abandono, sem infra-estrutura, como ocorreu no Sarampo-Poxim.

No Sarampo, conta Evangelista, foram assentadas 70 famílias, que vivem sem as menores condições. Faltam créditos, escola e assistência médica. A situação se agrava pela convivência da polícia e da Justiça com os antigos métodos de invasão de terras e destruição de casas adotados pelos grileiros, em conluio com o delegado de Ilhéus.

(da sucursal)



Veículo de jagunços queimado: reação dos posseiros em Caravelas

METALÚRGICOS - BETIM

Chega de miséria

Os 680 metalúrgicos das siderúrgicas Amaral e Metalsider (usinas I e II), de Betim, que produzem ferro-guza, estão em greve desde as 22 horas do dia 24. O movimento teve adesão total dos operários, e eles decidiram não voltar ao trabalho até a conquista do pagamento, imediato, dos 23,57% do residuo salarial roubados pelo Plano Bresser.

A greve foi precedida de diversas reuniões e assembleias. Houve tentativas de negociar com os patrões. As empresas só aceitaram pagar metade do residuo em agosto e o restante a ser negociado em outubro. Os operários recusaram essas condições. Eles são os metalúrgicos mais mal pagos de Betim. Mais de 95% dos funcionários das siderúrgicas em greve recebem apenas Cz\$ 3.316 por mês. Isto corresponde a Cz\$ 110,57 ao dia - insuficiente até para comprar 1 Kg de carne.

As condições de trabalho são péssimas. A Metalsider só paga o adicional de insalubridade para quem trabalha na boca do

forno, sob intenso pó de carvão. A empresa não tem equipamento de proteção suficiente.

O sindicato distribuiu, na porta da Fiat e da FMB, boletim conclamando o restante da categoria a apoiar o movimento e contribuir para o fundo de greve. No primeiro dia foram arrecadados Cz\$ 4.225,50.

Também foi realizada uma passeata dos grevistas pelas ruas do centro da cidade. Numa carta ao povo, intitulada "Chega de tanta fome e miséria", os metalúrgicos denunciaram a situação de penúria em que vivem e pediram o apoio da população ao movimento. O prefeito de Betim, Tarcísio Braga, e o secretário do Trabalho prometeram doar alimentos ao fundo de greve. De acordo com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé, Edmundo Vieira, a greve "contribui para difundir a luta pela antecipação do residuo salarial que nos foi roubado pelo governo e pelos patrões". (da sucursal)

ÍNDIOS - RORAIMA

Terror militar

Até o Exército foi colocado de prontidão no território de Roraima para intimidar qualquer protesto contra a prisão de 15 índios macuxis, em Boa Vista. Os índios foram presos no dia 15 de julho, na maloca Santa Cruz, que fica dentro da fazenda Guanabara, um latifúncio com 15 mil hectares no município de Normandia, próximo à fronteira com a Guiana. Sob o pretexto de libertar três jagunços presos na maloca, uma força policial, comandada pelo secretário de Segurança, coronel Menna Barreto, cometeu uma série de arbitrariedades.

Os índios estavam trabalhando na roça quando foram surpreendidos pelas forças policiais. Homens, mulheres e crianças foram espancados, ficando expostos na chuva e amontoados por horas. A PM destruiu plantação, roupas e redes, além de jogar ao solo 180 Kg de carne. Entre os presos que foram levados para Boa Vista estava um índio com suspeita de fraturas nas costelas e

uma mulher grávida de três meses, espancada no peito e ventre.

A atitude dos macuxis contra os três jagunços é uma consequência das arbitrariedades que são cometidas contra eles há longo tempo. O latifundiário Newton Tavares, dono da fazenda Guanabara, tem uma milícia particular armada até os dentes e é acusado de manter índios em regime de escravidão. Os jagunços destroem suas roças e casas, proibem a caça e a pesca e impedem os índios de entrar e sair livremente da maloca.

A gota d'água que acabou gerando o conflito ocorreu dia 9 de julho, quando o jagunço tentou estuprar uma índia. Em represália, três homens da milícia do latifundiário ficaram detidos na maloca durante 16 horas. Para acobertar seus atos de banditismo os latifundiários alegaram que os padres e índios planejavam uma "manobra de guerrilha". (da sucursal)



Foto: Newton Aguiar

Protesto contra os altos preços das escolas: o governo não ouve

ENSINO PRIVADO

Novos aumentos

O Ministério da Fazenda, burlando mais uma vez o congelamento que ele mesmo decretara, autorizou no dia 22, pela portaria nº 261, o reajuste da semestralidade das escolas particulares em 206% em relação aos valores, cobrados no segundo semestre do ano passado, ou em 40% em relação ao primeiro semestre deste ano. E não é só. De acordo com a portaria, os conselhos estaduais de educação poderão "autorizar reajustes extraordinários, levando em conta o equilíbrio econômico-financeiro do estabelecimento de ensino".

Os donos de escolas, através da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, saudaram a decisão - que os beneficia - como uma medida que não é política-demagógica. Mas mesmo assim mostraram os dentes: pretendem que o reajuste seja de 250%, e não de 206%. Muitas escolas já anunciaram que vão suspender as

aulas enquanto não obtiverem o reajuste que desejam.

Complacente com os que exploram o setor, o ministro Jorge Bornhausen disse que o Ministério da Educação não pretende punir as escolas que aderirem ao boicote, e lembrou aos que querem percentuais maiores que podem recorrer ao Conselho Estadual de Educação, que certamente será solicitado aos pedidos de novos reajustes.

Com o atual reajuste, a semestralidade na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por exemplo, vai para Cz\$ 13.464,00 - algo absolutamente fora do alcance do bolso da imensa maioria dos assalariados brasileiros. E isso quando a própria PUC-SP - para ficar só nesse exemplo - acaba de receber Cz\$ 30 milhões do Ministério da Educação a título de subvenção ao ensino privado. No primeiro semestre recebeu outros Cz\$ 24 milhões.

Motoristas em greve

Os motoristas de ônibus de São Luis, no Maranhão, conseguiram sair vitoriosos da greve de quatro dias, realizada entre 24 e 27 de julho sob a orientação do sindicato. Onze das 13 empresas concessionárias de transportes coletivos da capital foram paralizadas pelos trabalhadores, através de piquetes realizados nas portas das garagens.

A paralisação foi causada por que os patrões não cumpriram acordo salarial feito com motoristas, cobradores e fiscais, assinado em maio último e que previa um reajuste de 40% nos salários a partir de 1º de julho. Somente duas empresas cumpriram o acordo e por isso não tiveram seus ônibus paralisados.

Nos dias 24 e 25 a totalidade da categoria (com exceção das duas empresas) estava de braços cruzados. Diante disso os patrões começaram a ceder. Na noite de domingo a Taquatur pagou seus funcionários e na segunda-feira, 27, outras oito empresas efetuaram o pagamento de seus empregados. Na quarta-feira, a última empresa, Roma, fez o pagamento, após ter diversos de seus veículos quebrados por circular sem o adesivo de trânsito livre concedido pelo Sindicato dos Motoristas. Esta foi a greve com maior participação da categoria nos últimos sete anos, segundo Wanderley Ramos, presidente do Sindicato dos Motoristas.

(da sucursal)

Passeata do campo

Cansados de esperar por soluções prometidas há vários anos pelo governo, pequenos e médios agricultores do Rio de Janeiro promoveram uma passeata pela avenida Rio Branco, no centro da capital. Cerca de mil pessoas, com caminhões e tratores trazidos do interior, participaram da manifestação promovida pela Fetag e diversas outras entidades rurais. As maiores críticas diziam respeito ao abandono em que encontra o Estado, a questão dos juros altos e a falta de definição de uma política agrícola. Uma outra reivindicação básica dos agricultores é a criação de um conselho estadual de agricultura, que envolveria produtores, trabalhadores e governo.

Para os pequenos produtores, como Daniel Cosa, do distrito de Patido Alferes, município de Vasouras, a situação é gravíssima: "Mexo com plantação há uns 50 anos. Planto tomate, feijão milho, abóbora e nunca tive apoio por parte do governo. Se vendo a colheita é pros intermediários. Se perco, tenho que pagar ao banco. As vezes o prejuízo é tão grande que fico ameaçado de perder a minha terrinha (três alqueires)", desabafa Daniel.

(da sucursal)

Posse na Fetag-BA

Centenas de trabalhadores rurais participaram no último dia 24 da solenidade de posse da nova diretoria da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia). Entre outros, estavam presentes o governador Waldir Pires e o presidente da Contag, José Francisco da Silva. Na ocasião foi anunciado pelo governador a criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que é uma conquista para a classe. Neste Conselho participarão representantes de setores da sociedade civil, inclusive Fetag. Os presentes gritavam "punição aos assassinos", exigindo a punição dos assassinos das mais de 270 pessoas ligadas a conflitos de terra na Bahia.

Para a presidência da entidade foi eleito Aurelino Bastos. Uma novidade da nova diretoria é a presença de três mulheres. Maria Alcântara, fez um dos discursos mais aplaudidos da posse e falou da necessidade de homens e mulheres se unirem para lutar por uma reforma agrária justa.

(da sucursal)

Metalúrgicos votam

Serão realizadas nos próximos dias 25 e 26 de agosto eleições para o mandato de três anos no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Com uma base de 180 mil metalúrgicos o sindicato do Rio é o segundo maior do país, o que certamente fará dessas eleições uma disputa bastante acirrada entre as duas chapas que concorrerão. A situação é encabeçada por Waldir Vicente, atual presidente e que está no cargo há seis anos, e Washington da Costa, que lidera a oposição.

A categoria dos metalúrgicos do Rio, hoje é composta pelas indústrias de fabricação, mecânica e material elétrico, tendo uma grande concentração de operários em empresas como os estaleiros Ishikawajima, Caneco e Emaç, além das multinacionais General Elétric, Standard Elétric, Remington, Shindler, Atlas e Sulzer e pequenas empresas. Refine cerca de 22 mil operários em condições de voto. A chapa de oposição conta com apoio de Edmilson Valentim e Jandira Feghali, ambos deputados do CDB. É digno de registro que a categoria tem um bom relacionamento com o governador eleito, tendo participado de uma passeata junto aos trabalhadores.

I ENCONTRO NACIONAL DE ARTESÃOS

Em defesa da cultura nacional

Ao convocarem o I Encontro Nacional de Artesãos, líderes da categoria advertem: em busca de lucros fáceis, industriais e atravessadores estão quebrando os vínculos que ainda restam entre o artesanato e a cultura popular brasileira.

Os amplos gramados do Parque do Ibirapuera, situado na Zona Sul da cidade de S. Paulo, serviram de palco, no início da semana passada, para que fosse lançado um movimento que pretende unir cerca de 2 milhões de artesãos de todo o país em torno da luta contra a degradação do artesanato brasileiro e a ação dos atravessadores que operam no setor.

Nas instalações modernas do edifício da Fundação Bienal de S. Paulo, situado no interior do parque, milhares de compradores e interessados percorriam os stands da 10a. Feira Brasileira de Artesanato, uma promoção que o Ministério do Trabalho realiza todos os anos

e em que estão reproduzidos os mecanismos que sufocam a arte popular brasileira.

Do lado de fora, representantes de Associações de Artesãos de todas as regiões do país, e de alguns órgãos públicos que nos últimos anos passaram a adotar postura favorável aos artistas, discutiram seus problemas e decidiram pela realização, em novembro próximo, do I Encontro dos Artesãos do Brasil.

DEGRADAÇÃO DA ARTE

Os artesãos queixaram-se, em primeiro lugar, da presença crescente e massacrante de comerciantes e industriais em seu meio, degradando as condições de vida dos artistas e pro-

curando transformar o artesanato em algo inteiramente desvinculado das tradições culturais do povo (leia quadro). Destacaram que esta intromissão tem expulsado os verdadeiros artistas de espaços culturais, como a Praça da República, em S. Paulo, a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte ou a Feira de Caruaru, no interior de Pernambuco.

Também foi analisada a ação dos órgãos oficiais, tendo-se concluído que são **omissões** ou mesmo **favorecem**, na maior parte das ocasiões, a descaracterização do artesanato.

Ficou patente a preocupação em garantir às entidades que representam os artesãos independência em relação aos órgãos do governo. Vários participantes ressaltaram que o setor ainda mostra-se vulnerável a iniciativas caracterizadas pelo paternalismo e que é urgente atacar este problema.

RESTRIÇÕES LEGAIS

Por fim, os artistas discutiram as dificuldades legais que enfrentam para exercer sua profissão. Embora a categoria tenha conquistado recentemente o direito de registro profissional - o "direito de ter um carimbo na Carteira de Trabalho", como dizem -, a mesma lei que consagrou esta conquista os submeteu ao pagamento de

contribuições previdenciárias idênticas às cobradas aos autônomos, e bem superiores às que pagam os demais trabalhadores.

Todos estes temas deverão constar da pauta do I Encontro Nacional. Para César Marques dos Santos, diretor da Associação dos Artesãos da Feira do Bonfim, em Porto Alegre, e um dos organizadores do encontro, ele "é um passo histórico na luta da categoria". César disse acreditar que pela primeira vez os artesãos passarão das simples denúncias, muitas vezes precariamente divulgadas, à luta concreta em defesa da arte popular. "Vamos começar a enfrentar as estruturas apodrecidas que impedem o desenvolvimento do artesanato brasileiro", resumiu ele.

A disposição de realizar um movimento de fato forte e independente ficou clara nos preparativos para o Encontro. Os artistas cobraram do ministro Almir Pazianotto apoio para realização do evento, que a princípio ocorrerá em Ouro Preto (MG). Mas já decidiram: se a colaboração não sair, ou se o ministério procurar protelar a realização da reunião, será montado um esquema alternativo e o Congresso ocorrerá mesmo assim, neste caso sendo transferido para Belo Horizonte. (Antônio Martins)



Alguns artesãos ficaram confinados em áreas internas na feira

O ataque do "industrianato"

Industrianato. Este termo, soma das palavras *indústria* e *artesanato*, foi cunhado pelos artesãos para caracterizar a ação de industriais e atravessadores que se utilizam do trabalho da categoria para obter lucro fácil e ao mesmo tempo retirar da atividade todo seu caráter de expressão dos costumes e da arte popular.

Dois tipos diferentes de práticas concorrem para a descaracterização do artesanato.

A primeira, conhecida como **atravessamento**, é bem antiga. Comerciantes inescrupulosos compram prontas peças artísticas produzidas por pessoas simples no interior do país e as revendem com grande margem de lucros nas capitais. Estes comerciantes têm ocupado quase que completamente espaços culturais que foram conquistados pelos artesãos e pela população em tempos passados.

Dirigentes da Associação Paulista de Artesanato contam que a Praça da República, em São Paulo, onde se instalou na década de 60 a primeira feira de artesanato do Brasil, transformou-se num grande ponto de atravessamento. O espaço dos artistas foi ocupado por gente que ganha rios de dinheiro **importando** dos Estados do Nordeste e revendendo artigos de renda e couro. No final do governo Montoro, a Sutaco - Superintendência do Trabalho Artesanal das Comunidades - realizou um importante trabalho de triagem nas bancas montadas na Praça, capacitando-se a caracterizar aquelas poucas que eram ocupadas por artistas e as que serviam como meros pontos de venda de material importado. O secretário do governo Jânio Quadros, no entanto, preferiu desconhecer a triagem, e os atravessadores continuam dominando a praça.

As coisas não são diferentes em Pernambuco. Todos os boxes da Casa de Cultura do Recife, um centro vendedor de artesanato mantido pelo governo estadual, são ocupados por atravessadores. A

arrogância deles é grande a ponto de se negarem a fornecer aos interessados o endereço de quem produz as peças comercializadas. E recentemente têm boicotado sistematicamente os esforços de Cléo Guimarães, o novo coordenador da Casa nomeado pelo governador Miguel Arraes, que procura transformar o ponto num centro cultural.

NOVA FONTE DE LUCROS

Nos últimos anos, somou-se ao atravessamento uma nova forma de exploração do trabalho dos artistas: a **indústria do artesanato**. Em várias regiões do país, especialmente no interior, chefes políticos influentes passaram a comprar não mais as peças prontas, mas a **força de trabalho** dos artesãos, pagando-lhes salários irrisórios e apropriando-se da produção.

Esta prática difundiu-se inclusive nos pontos tradicionais de produção do artesanato. Nas famosas "cidades da renda", localizadas no agreste pernambucano, esposas de proprietários de terra assalariaram um grande número de artesãos, fornecendo-lhes matéria-prima e pagando-lhes somas que giram em torno de **Cz\$ 4,00 por dia**. As peças de renda são vendidas com enormes lucros nas feiras de S. Paulo, Rio, Recife e Fortaleza.

O mecanismo foi ainda mais desenvolvido no Pará, onde os industriais do artesanato criaram autênticas **linhas de produção** para ampliar os lucros. No município de Icoaraci, centro produtor de peças de cerâmica marajoara, os artesãos trabalham dentro de olarias, divididos de acordo com a etapa de processo produtivo que executam. Há alguns especializados em **moldar** os vasos, outros que **desenham** e um último grupo que **queima** as peças. O salário médio é de Cz\$ 600,00 por semana. Os donos de olaria, além dos ganhos obtidos às custas do trabalho alheio, costumam **assinar** as peças, como se tivessem sido seus criadores.

SEM VALOR CULTURAL

Para Hugo Cortez, diretor do Programa de Apoio ao desenvolvimento do Artesanato do Recife (Prodarte) e um dos organizadores do I Encontro Nacional de Artesãos, a produção em moldes industriais elimina a criatividade e a originalidade dos artistas. "O que passa a vigorar - diz ele - é a lógica da produção capitalista, que visa produzir o máximo gastando o mínimo". Desta forma, desaparecem os vínculos entre as peças de artesanato e a cultura popular. "A cerâmica marajoara confeccionada nessas condições - completa Hugo - é apenas um **fantasma**.

uma caricatura de um produto que no passado esteve relacionado com a cultura da região".

Pedro Arcangelo Evangelista, o "Pétrius", presidente da Associação Profissional dos Artesãos de Minas Gerais e também organizador do I Encontro, acrescenta que, vítima de tais formas de exploração, o artesanato "depauperase e se descaracteriza". Ele lembra que é impossível produzir com qualidade recebendo salários de fome, e acusa os industriais e atravessadores de praticarem crime de **falsidade ideológica**, ao iludirem a população e impedirem que ela conheça os verdadeiros autores das peças.

Um fato ocorrido na 10ª Feira Brasileira de Artesanato serviu para demonstrar até que ponto chega este fenômeno. No stand do Pará apenas os donos de cerâmicas colocavam-se na área de exposição, em contato com o público. Os verdadeiros artistas, também trazidos a S. Paulo, ficaram confinados nas áreas internas, encarregados de **embalar** as peças.

ARTISTAS TÊM PROPOSTAS

Nos contatos que mantiveram entre si durante a 10ª Feira, os artesãos não se limitaram a denunciar a exploração e a desfiguração do artesanato, mas avançaram para a apresentação de propostas alternativas.

Uma dessas propostas visa a **qualificação profissional** dos artesãos, a ser feita através das associações da categoria em cada Estado. Através da qualificação, dizem eles, será possível identificar os verdadeiros artistas e os exploradores do artesanato.

Além disso, eles batem-se pela **eliminação** dos atravessadores e industriais dos espaços culturais. "Se na rede formal de comércio é impossível impedir a ação dessa gente - lembra Pétrius - é preciso que se respeitem pelo menos os logradouros públicos utilizados pelos artistas e pela população para difundir a arte popular".



Artesanato de Caruaru: vítima permanente dos intermediários

Defesa da arte

Decidida a romper os laços que em quase todo o Brasil unem o poder oficial aos exploradores do artesanato, a Prefeitura de Recife, através da Secretaria de Ação Social, vem desenvolvendo desde 1986 um trabalho exemplar em defesa da arte popular.

Esta ação é coordenada pelo Prodarte - Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato do Recife -, dirigido por Hugo Cortez. Imediatamente após ser indicado pelo prefeito Jarbas Vasconcelos para o cargo, Hugo apressou-se em incorporar à sua equipe líderes do movimento de artesãos da capital organizados na Comissão Pró-Artesão de Pernambuco, possibilitando a eles assumir conjuntamente a elaboração da política do Prodarte.

Com um ano e meio de existência, o Programa já fez o cadastramento dos artesãos da Grande Recife, apresentou na Praça da Boa Viagem uma feira de artesanato livre de atra-

vessadores e promoveu diversas mostras de trabalhos em outros locais. Prepara agora a edição de um catálogo do artesanato recifense.

Foi significativa também a participação pernambucana na 10a. Feira Nacional de Artesanato, a cargo do Departamento de Formação para o Trabalho de Secretaria do Trabalho e Ação Social do governo do Estado. Pernambuco foi o único a trazer para S. Paulo apenas artesãos, vedando a vinda de industriais e atravessadores.

Além disso, a delegação de 44 artistas pernambucanos que estiveram em S. Paulo era composta de gente comprometida com o movimento em defesa da arte popular. Conforme observou Elisabeth Costa Mendes, uma das artesãs que assessora Hugo Cortez na Prodarte, vieram artesãos escolhidos por 5 mil colegas de todo o Estado para representar a produção e a luta da categoria.

faculdades de jornalismo.

A exposição ocorrerá nos salões nobres da Sociedade Recreativa e Esportiva Pinhalense, e não tem fins lucrativos, buscando tão somente coletar as mais variadas expressões da imprensa brasileira, preservando a cultura nacional.

1.a EXPO-JORNAIS

Exposição Nacional de Jornais

Espírito Santo do Pinhal, cidade do interior de São Paulo, realizará, de 24 a 30 de agosto, a Primeira Exposição Nacional de Jornais, reunindo exemplares de jornais de todo o país. Os jornais serão posteriormente encadernados e ofertados solenemente às universidades estaduais que possuam

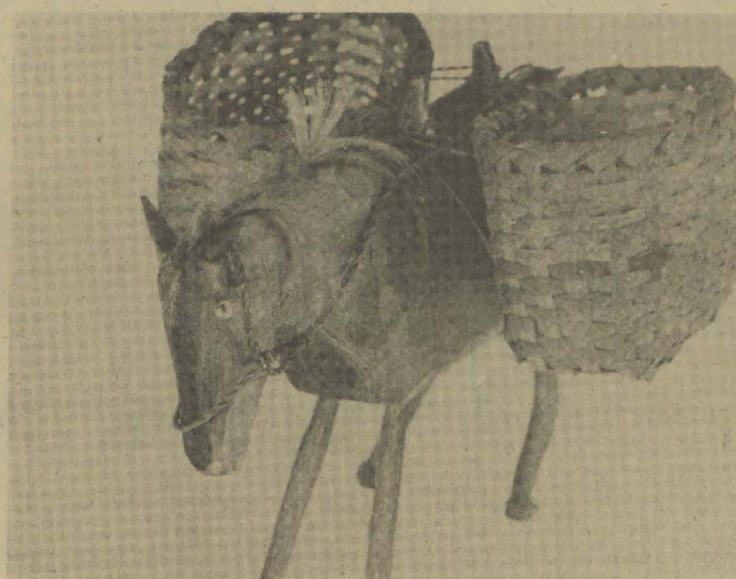
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telefax: 01132133 TLOBR. **Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira. **Conselho de Direção:** Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel. **ACRE** - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900. **ALAGOAS** - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. **Maceió:** R. Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. **AMAZONAS** - Manaus: R. Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - R. João Pessoa, 53, São Lázaro, Telefone: 237-6644 - CEP 69000. **BAHIA** - Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. **Fatos de Santana:** Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. **Itabuna:** Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. **Itapetininga:** Av. Santos Dumont, 44, 1º andar -

Centro, Juazeiro: R. Américo Alves, 6-A - CEP 44060. **Paratinga:** R. Marechal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. **Salvador:** R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. **Simpão Filho:** Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. **DISTRITO FEDERAL** - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. **CEARA** - Fortaleza: R. Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. **Iguatú:** praça Otávio Bomfim, s. n. Altos, CEP 63500. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. **Vitória:** R. Duque de Caxias, 112, Edifício Aguiar, sala 15 - CEP 29000. **GOIÁS** - Goiânia: R. 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. **Anápolis:** R. 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. **MARANHÃO** - São Luís: R. Grande, 921

-Fone: 221-5444 - CEP 65000. **MATO GROSSO** - Cuiabá: R. Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. **MINAS GERAIS** - Belo Horizonte: R. Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. **PARÁ** - Belém: R. Manoel Barata, 993 - CEP 66000. **PARAÍBA** - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. **Pernambuco** - Recife: Praça da Bandeira, 117, 1º

andar - Centro - CEP 58100. **PARANÁ** - Curitiba: R. Saldanha Marinho, 370, 2º andar - Fone: 222-9120 - CEP 80000. **Londrina:** R. Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. **PIAUÍ** - Teresina: R. Desembargador Freitas, 1459 - Fone: 222-2044 - CEP 64000. **PERNAMBUCO** - Cabo: R. Vigário Batista, 236, CEP 54500. **Garanhuns:** R. Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. **Recife:** R. do Sossogo, 221, 10a. Vista - CEP 50000. **RIO GRANDE DO NORTE** - Natal: R. Jundim, 420 - Cidade Alta - CEP 59000.



Peça de artesanato paranaense apresentada na Feira

RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: R. Vigário José Inácio, 687 - CEP 90000. **Bento Gonçalves:** R. Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. **Canoas:** R. Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. **Caxias do Sul:** R. Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. **Pelotas:** R. Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. **Cachoeirinha:** Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e nos sábados das 9 às 12 horas. **Santa Maria:** R. Mal. Floriano Peixoto, 1.357, sala 4 - CEP 97015. **Rio Grande:** R. Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. **Lui:** R. 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - Caixa Postal 643 CEP 98700. **RIO DE JANEIRO** - Rio de Janeiro: R. 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9915 - CEP 20000. **Niterói:** Av. Amador Lemos, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. **Duque de Caxias:** R. Nunes Alves, 40, sala 104 - CEP 24000. **Campos dos Goytacases:** R. 33, sala 104 - CEP 28000. **SANTA CATARINA** - Florianópolis:

Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. **SÃO PAULO** - Americana: Av. Dr. Antonio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. **Botucatu:** R. Armando de Barros, 817, 1º andar, sala 2 - CEP 18600. **Campinas:** R. Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. **Maringá:** R. Dom Pedro, 180 - CEP 17500. **Ouro Preto:** R. Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. **São Carlos:** Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. **Taubaté:** R. Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. **São José dos Campos:** R. Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. **Guarulhos:** R. Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. **SERGIPE** - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Oviado Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. **A TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., com sede em São Paulo e Fone: 35-9738. Impressão: Cia. Jorúcs, Fone: 815-4999 - São Paulo

A unidade para a greve geral

A greve geral contra a política econômica do governo Sarney ganhou nessa semana maiores condições de se viabilizar. Após muitas idas e vindas, CGT e CUT conseguiram chegar a um consenso sobre a data da paralisação nacional: 20 de agosto. A realidade impôs a ação unitária, derrotando as manobras divisionistas dos setores de direita do sindicalismo.

O acordo entre as duas centrais foi selado na terça-feira, dia 28, em clima de otimismo. CGT e CUT abriram mão das datas fixadas anteriormente para a greve - respectivamente, dias 18 e 12 - e decidiram somar forças na convocação de uma paralisação unitária. O resultado da reunião representou um duro golpe contra as correntes direitistas do sindicalismo, que durante todo o processo tentaram dividir e impedir a realização do protesto nacional dos trabalhadores.

Realidade empurrou para ação unitária

Para se chegar à data unitária foi necessário grande esforço. A própria dificuldade de se mobilizar os trabalhadores para um movimento fragmentado, que possui basicamente os mesmos objetivos e reivindicações, empurrou as direções das centrais a procurar a unidade. "Dividida, a

greve seria quase impossível e desgastaria o sindicalismo", concluiu Joaquim Andrade, presidente da CGT. Jair Meneghelli, dirigente da CUT, concordou: "Não poderíamos conviver com duas convocações".

Na luta pela unidade, papel de destaque coube às correntes mais combativas da CGT - particularmente aos sindicalistas do PCdoB, Contag e independentes de vários Estados. Estas correntes compraram a briga contra os setores direitistas da central, centrando fogo no grupo de Antônio Magri - presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e principal porta-voz do sindicalismo americano no Brasil. Denunciaram que a direita pretendia dividir o movimento, impossibilitando a negociação de uma data conjunta com a CUT, com o objetivo de inviabilizar a greve e jogar a CGT no campo da conciliação com o governo Sarney.

CGTs estaduais condenam manobras

Pelo menos dez CGTs estaduais condenaram as manobras do grupo de Magri e exigiram maior flexibilidade para se chegar a uma data de consenso. Esta pressão teve impacto porque partiu exatamente dos Estados (principalmente do Nordeste) onde a central é mais dinâmica e forte - tendo sido a principal responsável pela greve de 12 de dezembro passado. Já no caso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o sindicalismo rural foi convocado para greve no dia 12 e foi sugerida a articulação das campanhas salariais dos canavieiros no Nordeste com o protesto nacional contra a política econômica do governo.



Fora da CGT, outras importantes iniciativas forçaram a ação unitária das centrais. O Encontro Nacional dos Bancários, que reuniu lideranças de todo o país, aprovou a paralisação no dia 12 e conclamou a unidade da CGT e CUT. O mesmo ocorreu na Conferência da CPB (Confederação dos Professores do Brasil). Também chamou atenção a conduta mais flexível da CUT, pelo menos desta vez. Ela abriu mão duas vezes da greve marcada - primeiro em 15 de julho e depois em 12 de agosto. Sentindo que sozinha não possuía condições de realizar uma paralisação massiva, buscou a unidade com a CGT. Em outras duas oportunidades, ela já tentara caminhar separada para a greve; não teve sucesso e se desgastou. Agora, resolveu se curvar à realidade dos fatos.

Com o acordo firmado pelas duas centrais, a greve geral de 20 de agosto não será apenas um protesto contra o Plano Bresser. Também não se limitará a exigir a reposição sala-

rial e o pagamento do resíduo, como pretendiam os setores direitistas da CGT. A paralisação terá o caráter de combate à política econômica entreguista do Palácio do Planalto, contra qualquer submissão ao FMI e contra a dívida externa.

Carater amplo do protesto nacional

As centrais não chegaram a um consenso sobre a reivindicação das eleições diretas em 88. Mas, conforme deliberação da Plenária Nacional da CGT, caberá a cada Estado incluir ou não essa bandeira. A maioria das CGTs estaduais, junto com a CUT, já encampou essa exigência nacional.

Apesar da unidade conquistada, muito terá que ser feito para viabilizar uma greve realmente unitária e massiva. O próprio setor direitista da CGT ainda não assumiu na prática a convocação do protesto e pode



tentar novas rasteiras divisionistas. Por outro lado, existem também as dificuldades objetivas da conjuntura atual. O princípio de recessão, que desempregou milhares de trabalhadores, gerou certa intimidação entre os assalariados. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, principal reduto da CUT, sentiu esse clima nas portas da Volks e Ford - multinacionais que demitiram de uma só vez mais de 4 mil operários.

"As dificuldades são reais" - comenta Sérgio Barroso, primeiro secretário da CGT nacional. "Mas também é real a insatisfação dos trabalhadores, que tiveram seus salários arrochados e não agüentam mais esse governo". Para ele, "o movimento sindical precisa sair da apatia e dar uma resposta à altura ao governo Sarney. Nosso papel é convocar a greve, agitá-la. Desta forma poderemos promover uma paralisação forte e contundente".

(Altamiro Borges)



CGT e CUT pretendem repetir a dose da greve de 12 de dezembro passado

Ação da direita

Durante o processo de discussão da greve geral entre as duas centrais sindicais, um fato novo se impôs: a ofensiva raivosa dos setores de direita do sindicalismo. Estes setores se esforçaram ao máximo, inclusive através de provocações baratas, para impedir qualquer ação unitária dos trabalhadores. A postura inflexível tinha um objetivo claro: barrar o entendimento entre CGT e CUT, inviabilizar a paralisação nacional e, desta forma, abrir espaço para a conciliação com o governo.

O expoente desses setores foi o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Magri, que também é membro da Executiva Nacional da CGT. Conhecido defensor do sindicalismo norte-americano, Magri comanda há vários anos o ICT (Instituto Cultural do Trabalho) - entidade que é financiada e teleguiada pela aburguesada central sindical dos EUA - a AFL-CIO. Só para se ter uma idéia da ação dessa organização, ainda hoje ela apóia os contra-revolucionários da Nicarágua; na década de 60 promoveu alistamento militar na agressão ao Vietnã; e, no Brasil, participou ostensivamente da conspiração golpista de 64.

No episódio da greve geral, o dirigente do ICT não escondeu suas posições patronais. Em inúmeras entrevistas, Magri defendeu o Plano Bresser e a negociação com o governo para impedir a greve. "Se o Plano der certo não haverá greve nenhuma", disse.

Além disso, reforçou o discurso das empresas atacando a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. E mais: aplaudiu a proposta dos credores estrangeiros de converter parte da dívida externa em investimentos diretos no Brasil. Para isso, propôs a privatização das estatais com sua entrega às multinacionais.

Durante todo o embate, Magri também revelou seu profundo anticomunismo. Chegou a afirmar que o PCdoB recebia dinheiro da

AFL-CIO. Diversos sindicalistas, de várias correntes, protestaram contra a calúnia. Ronald Freitas, da Comissão Executiva Nacional do PCdoB, reagiu com indignação: "Esta provocação não encontra eco entre os trabalhadores. Mesmo os que não militam no PCdoB conhecem nossa organização. Sabem que ela se baseia em princípios e que jamais aceitou qualquer tipo de suborno".

RAZÕES DA OFENSIVA

Alguns fatores explicam esta investida da direita no movimento sindical. Em primeiro lugar, ela reflete a própria guinada para a direita do governo da Nova República. No caso da CGT, espelha o crescimento da participação das Confederações e Federações estaduais de trabalhadores - a maioria dirigida por notórios pelegos. Por último, a recente vitória de Luiz Antônio no Sindicato dos Metalúrgicos engrossou ainda mais a voz destes setores.

Esta investida tem sido acompanhada com entusiasmo pelo governo, empresários e seus órgãos de comunicação. Almir Pazianotto, ministro do Trabalho, elogiou Magri, que estaria "abrindo uma nova vertente na vida sindical". Ronaldo Caiado, presidente da organização terrorista UDR, viu nas declarações do líder do ICT "o fortalecimento da iniciativa privada" feito "por um homem lúcido e inteligente". As declarações de Magri serviram, inclusive, para reforçar a articulação da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para atrair os sindicatos numa proposta de "pacto social".

Já no meio sindical, as ações e declarações dos setores direitistas geraram perplexidade e fortes reações. De vários Estados foram enviados telegramas à imprensa condenando as entrevistas de Magri (veja matéria ao lado). Entretanto, a maior resposta do movimento sindical à investida se deu com o acordo entre as centrais para data unitária da greve geral. Este fato isolou o grupo de Magri e reforçou o pólo mais combativo no interior da CGT.

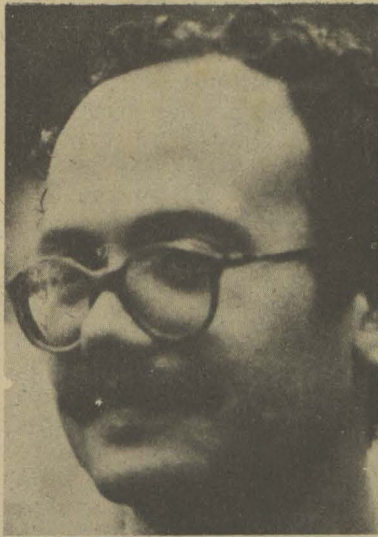
Intensificar a mobilização

No próximo dia 20 ocorrerá a greve geral unificada convocada pela CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e CUT (Central Única dos Trabalhadores). Sem dúvida, o pretexto das datas divergentes gerou imensas dificuldades, que foram, afinal, superadas. Tornou-se vitorioso o esforço de flexibilidade e entendimento, desenvolvido por setores consequentes do sindicalismo, especialmente aqueles que são ligados ao PCdoB.

A unidade é uma força poderosa e indispensável para assegurar o êxito do movimento. Os setores direitistas da CGT, liderados por Magri (presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo), tentaram sabotar a greve com manobras divisionistas, mas acabaram isolados, não lhes restando sequer espaço para contestar a ação unitária.

O pano de fundo dessa movimentação sindical é a situação de crise do país. É a própria realidade que impõe

PONTO DE VISTA SINDICAL



Renildo Souza

a necessidade da greve geral como um pronunciamento nacional, unificado, combativo e político do sindicalismo brasileiro. Com essa greve geral, os trabalhadores levantam-se como um só homem para contrapor-se à

UDR, que aniquila a Reforma Agrária na Constituinte; à grande burguesia, que faz campanha contra a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas; ao governo, que aplica a Lei de Segurança Nacional, lidera os reacionários na Constituinte, impõe a recessão e empenha-se com todas as suas forças para levar o país a assinar novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A plataforma dessa greve geral é, por tudo isto, contra o Plano Bresser, o arrocho salarial e o desemprego; contra o FMI e pela suspensão integral do pagamento da dívida externa; por uma Constituição nacional democrática, progressista; e por eleições diretas em 1988.

Esse caráter amplo da greve possibilita a incorporação e mobilização de diversos setores em seu apoio. Mesmo entidades que não têm caráter sindical, como a CONAM, UNE, UBES, OAB e ABI podem fortalecer o movimento. Cada vez mais isolado, o

governo antipovo de Sarney já anuncia a mobilização de tropas para reprimir a greve. Com base na experiência da importante greve de 12 de dezembro do ano passado, é preciso desenvolver intensa preparação para a realização desta, que tem todas as condições de ser a maior greve geral de nossa história. É preciso intensificar a agitação e a organização da greve, a partir de cada local de trabalho. Fazer assembleias sindicais, comícios relâmpagos em portas de fábricas, panfletagem no centro das cidades, pichações, atos públicos. Cada categoria deve imediatamente elaborar o seu plano de ação para a greve. Ao lado de todas as iniciativas locais, é preciso cuidar, ainda, da vitória do Dia Nacional de Manifestações no dia 7 de agosto, que servirá para mobilizar para a greve do dia 20.

Renildo Souza
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador e vice-presidente regional Nordeste da CGT

Duras críticas à postura de Magri

O 1º secretário nacional da CGT, Sérgio Barroso, o vice-presidente da região Nordeste da entidade, Renildo Souza, e Divino Goulart, de seu Conselho Fiscal, enviaram à imprensa o seguinte telegrama:

"O jornal 'O Estado de S. Paulo' publicou ontem, domingo, entrevista do sr. Antônio Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e diretor da CGT nacional. Trata-se de declarações que representam o desmascaramento completo de um sindicalista que presta serviços ao Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos da América, e se faz porta voz de posições políticas as mais reacionárias emitidas no Brasil

e no exterior. Em todos os congressos e encontros de trabalhadores as opiniões de Magri são combatidas sem vacilação e repudiadas veementemente. Magri fala mesmo é em nome de seus patrões, que para isso lhe pagam muito bem e em dólares. O sr. Magri é um provocador barato e com certeza terá uma resposta à altura e em muito breve por parte dos trabalhadores brasileiros".

Enviaram também telegramas à imprensa e à CGT, repudiando as idéias de Antônio Magri, os seguintes sindicalistas: Carlos Magno Machado, Roberto Assis Ferreira, Wellington Gomes, da CGT-MG; Edmundo Costa Viveira, presidente do Sind. Metalúrgicos de Igarapé; Sind. Bancários-AC; Guilherme Pedro Neto, pres. CGT-GO; Ivânia Pereira da Silva, diretora do Sind. Bancários e da Comissão da CGT-SE; Sind. Têxteis da Bahia; Hamilton Santana, Assoc. Prof. do Magistério-SE; Júlio Bandeira, CGT-AL; José Jobson, Sind. Metal.-AL; Edvaldo Feijó, Sind. Trab. Telecomunicação-AL; Claudionor Araújo, Sind. Bancários-AL; Abel Cavalcante, Sind. Urbanitários-AL; José Francisco, Sind. Empregados em Estab. Saúde-AL; Doriane Santa Cruz, Sind. Assistentes Sociais-AL; José Roberto, Fed. Bancários-AL, PE e RN; Milton Caputo, Assoc. Professores-AL; Alba Correia, CPB; Antônio Henrique Pedrosa,

Sind. Médicos-AL; Sílvia Costa, CGT-GO; Júlio César Gutierrez, CGT-MA; Aspac; José Freitas e Pedro Pozenato, CGT-RS; Adroaldo de Almeida e Oladis Spesenon, Sind. Metal. Caxias do Sul; Guiomar Vidor, Sind. Comerciais Caxias do Sul; Roberto Macagnan, Sind. Auxiliares de Ensino Ijuí; José Mendes, Sind. Metal. Canoas; Emerson, Sind. Comerciais Passo Fundo; Lilian Monks, Fed. Func. Justiça do Trabalho; Vera, Sind. Comerciais de Pelotas; Sebastião Alves de Brito, Sind. Trab. Ind. de Sabão e Velas de São Luís-MA; José Geraldo Santana Oliveira, Sind. Professores-

GO